

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
RIO GRANDE DO NORTE – IFRN

AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL
Relatório 2020

NATAL/RN
2021

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte –
IFRN

REITOR

José Arnóbio de Araújo Filho

PRÓ-REITOR DE ENSINO

Dante Henrique Moura

PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO

Denise Cristina Momo

PRÓ-REITOR DE PESQUISA E INOVAÇÃO

Avelino Aldo de Lima Neto

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO E SISTEMATIZAÇÃO

Carlos Rodrigo Moura Cavalcante
(Presidente da CPA Central)

Joelma Tito da Silva
(Secretária da CPA Central)

Willian Anderson Ferreira Tomaz
(Representante discente da CPA Central)

Sumário

1. Introdução.....	3
1.1. Histórico das autoavaliações no IFRN	4
2. Metodologia.....	10
3. Apresentação dos dados	13
3.1. Avaliação do Ensino remoto emergencial	26
3.2. PDI, função social e atendimento aos discentes	28
3.3. Planejamento e avaliação.....	31
3.4. Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão	34
3.5. Equivalência entre macroprocessos e dimensões do SIANES	37
4. Análise dos dados e das informações	37
4.1. Avaliação do Ensino Remoto Emergencial	37
4.2. PDI, função social e atendimento aos discentes	45
4.3. Planejamento e avaliação.....	46
4.4. Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão	48
5. Ações propostas com base nas análises	51
6. Considerações Finais.....	52

1. Introdução

O Relatório de autoavaliação institucional ora apresentado resulta do trabalho coletivo coordenado pela Comissão Própria de Avaliação Central do IFRN em conjunto com as comissões organizadas no âmbito dos *campi*. Desse modo, o processo foi estruturado de maneira a propiciar uma articulação entre o nível sistêmico e as particularidades locais.

Realiza-se a autoavaliação anualmente com o objetivo de fortalecer a cultura de participação da comunidade escolar na gestão democrática, como, igualmente, com a finalidade de atender às demandas legais da regulação, sobretudo, quanto ao Ensino Superior.

Nesse sentido, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), criado nos termos da Lei 11.892 de 29 de Dezembro de 2008, foi equiparado às universidades federais para efeitos de regulação, avaliação e supervisão da instituição e dos cursos de educação superior. Por opção institucional, o IFRN ampliou o espectro da avaliação interna, de modo a englobar todos os seus níveis e modalidades de ensino.

As análises empreendidas neste relatório foram construídas com base em pesquisa realizada junto à comunidade através de formulário eletrônico em módulo específico do Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP) e oferece informações importantes para o planejamento, realização e acompanhamento das ações institucionais.

O relatório de autoavaliação 2020 é o terceiro do ciclo trienal de avaliações, sendo então apresentado em sua versão integral, de acordo com a Nota Técnica nº 65 INEP/DAES/CONAES. Nas pesquisas empreendidas nos dois anos anteriores a CPA do IFRN optou por realizar uma investigação ampla, considerando todas as dimensões de análise presentes na legislação. No contexto de pandemia, causada pelo vírus SARS-CoV-2 e suas variantes, o questionário foi produzido para focar nas situações que envolvem as atividades

remotas administrativas e de ensino.

1.1. Histórico das autoavaliações no IFRN

Tendo em vista a melhoria da qualidade do Ensino Superior, foi criado pela Lei nº 10.861, de 14 de Abril de 2004, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), que integra três modalidades principais de instrumentos de avaliação, dentre os quais, a autoavaliação.

No IFRN, o processo de autoavaliação teve início em 2009. Neste ano e no seguinte, a avaliação interna foi conduzida pela Assessoria de Informações Institucionais. Em 2011, a autoavaliação ficou sob a responsabilidade de uma CPA provisória. Tratava-se de um período de implementação, no qual as ações de avaliação interna foram preparatórias para a constituição efetiva de comissões formadas por membros eleitos por seus pares.

A consolidação do processo ocorreu em novembro de 2012 com a eleição dos membros da CPA em todos os *campi*, nomeados através das portarias RE/IFRN 24/2013 de 07 de janeiro de 2013, 151/2013 de 4 de fevereiro de 2013, 185/2013 de 8 de fevereiro de 2013 e 242/2013 de 22 de fevereiro de 2013. Desde então, foram constituídas CPAs locais em cada campus sob a coordenação da CPA Central.

O processo de composição das CPAs locais e da CPA central do triênio 2018-2021 se iniciou com a eleição de seus membros entre 27 e 28 de junho de 2018 por votação através do SUAP. A baixa adesão da comunidade nas candidaturas levou a uma eleição suplementar entre 16 e 17 de agosto de 2018. A CPA central tomou posse em 14 de Dezembro de 2018, tendo composição atual nº 1401/2020-RE/IFRN de 27 de setembro de 2020. As CPAs locais foram sendo compostas e recompostas ao longo de três anos, através de portarias locais.

Após empossada, a CPA central conseguiu iniciar os seus trabalhos, apenas, em fevereiro de 2019, dispondo de tempo reduzido para a apropriação de documentos e da metodologia. Por esse motivo, naquela ocasião, foi empregado o modelo de questionário de autoavaliação já aplicado e a metodologia de análise a este associada.

Para a autoavaliação institucional referente ao ano base de 2019 foram realizadas modificações ao questionário, com a finalidade de aprimorá-lo de acordo com as demandas do SINAES e da comunidade escolar. O trabalho de reelaboração foi iniciado em reunião realizada no dia 22 de novembro, com a participação da CPA Central, CPAs locais, Diretoria de Gestão da Tecnologia da Informação (DGTI) e DIARE (Diretoria de Avaliação e Regulação do Ensino). A parceria entre essas Diretorias e Comissões foi importante para garantir que o documento aqui apresentado cumpra não só os requisitos legais, mas se constitua como um diagnóstico da visão da comunidade escolar sobre a atuação do IFRN.

Sobre a participação de servidores e estudantes nas avaliações, observa-se no gráfico abaixo um processo de queda e retomada na adesão à pesquisa durante os dois últimos anos.

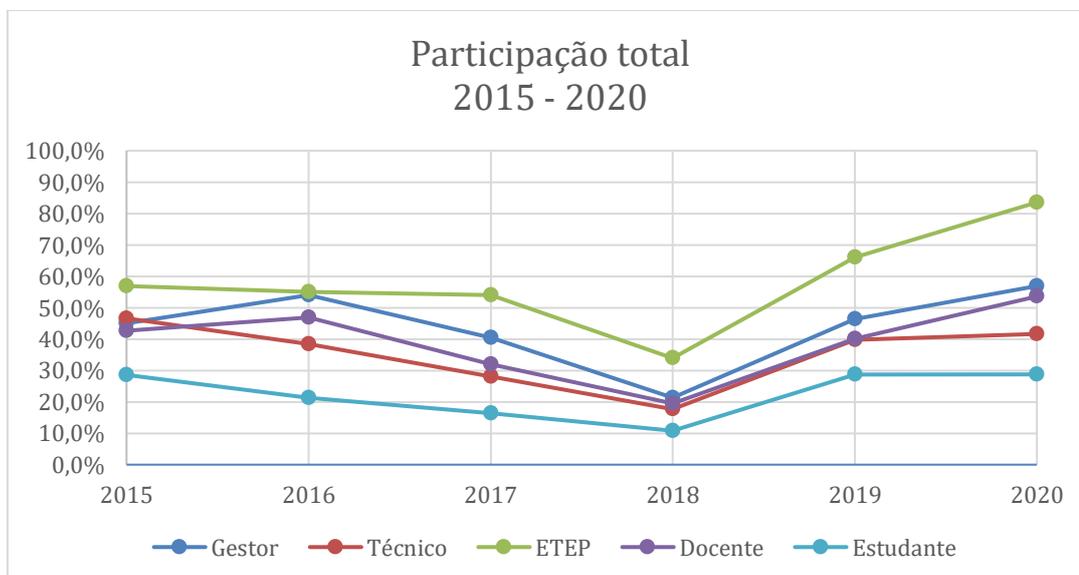


Figura 1. Evolução da participação da comunidade ao responder o formulário de autoavaliação. Fonte: dados extraídos do SUAP.

Note-se que o ano de 2018 apresentou o menor percentual de participação da comunidade na autoavaliação institucional, contando com apenas 3.900 formulários respondidos, isto é, 11,6% do universo total esperado. Na comparação com os resultados de 2015 pode-se verificar o tamanho dessa queda, pois, no referido ano, o sistema registrou 9.092 respostas, representando 39,9% do universo de respondentes.

Analisar os resultados apresentados no triênio pressupõe a consideração sobre o contexto vivenciado pela comunidade no momento de realização da avaliação. Estabelece-se uma espécie de fotografia, na qual questões internas e externas podem alterar a composição, impactando a percepção dos sujeitos sobre a instituição.

Em 2018 as respostas à autoavaliação foram produzidas no período de encerramento do Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2018. Como apontado acima, este foi um ano marcado pela redução na adesão da comunidade aos formulários de autoavaliação, por problemas na implementação das respostas no SUAP e atraso no processo de alternância da composição da comissão.

A pequena quantidade de respondentes e a crescente dificuldade em atrair novos membros pode ser resultado da acomodação dos sujeitos em relação aos processos decisórios da instituição (gerando uma crise de representatividade no âmbito de Comissões e Núcleos), falta de interesse na autoavaliação institucional por considerá-la pouco efetiva na resolução de problemas, questionários longos e a ausência de contrapartidas para servidores.

Em 2019 a autoavaliação institucional ocorreu no contexto de fortes debates internos em relação aos currículos e às ofertas, sobretudo acerca dos cursos técnicos integrados, e pela realização de eleições para Reitor e Diretores Gerais. Enquanto isso, no plano externo, experimentava-se as incertezas em relação à execução do orçamento anual previsto para as Instituições de Ensino Superior (IES).

Outro acontecimento importante nesse ano foi a elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2019-2026, cuja vigência iniciou-se a partir de janeiro de 2020¹. Deste modo, a coleta de dados aconteceu em um momento de transição no campo do planejamento institucional, o que permite observar como a comunidade escolar avalia as ações do IFRN em relação ao PDI findo² e as suas expectativas quanto ao novo planejamento estratégico do IFRN.

O Plano de Desenvolvimento Institucional é elaborado periodicamente com base na legislação que regulamenta o Ensino Superior no Brasil (especialmente o Decreto nº 9.235/2017), na Lei nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e deve estar em consonância com os demais documentos institucionais (Projeto Político-Pedagógico de 2012, seu capítulo dedicado à Organização Didática, o Estatuto e o Regimento Geral do IFRN).

Construído com a participação da comunidade escolar, o PDI apresenta os objetivos e as metas estratégicas do IFRN, com o fim de realizar, com excelência e em diálogo com a sociedade, a sua missão enquanto instituição de educação profissional, científica e tecnológica.

Em 2019 e 2020 os números da participação voltaram a crescer de forma expressiva. Nesse período, foram respondidos, respectivamente, 10.935 (29,7%) e 13.590 (30,1%) formulários. O incremento significativo na adesão à pesquisa ocorreu em todos os segmentos, sendo que o maior índice de participação foi verificado entre os membros da Equipe Técnico-Pedagógica (84% em 2020) e o menor entre os estudantes (pouco mais de 28% nos dois anos).

¹ Plano de Desenvolvimento Institucional do IFRN (2019-2026). Disponível em: <https://portal.ifrn.edu.br/institucional/pdi-2019-2026>. Acesso em 22 de março de 2020.

² Plano de Desenvolvimento Institucional do IFRN (2014-2019). Disponível em: <https://portal.ifrn.edu.br/institucional/pdi-2019-2026>. Acesso em 19 de março de 2020.

O maior interesse da comunidade escolar pela autoavaliação pode ser atribuído ao trabalho de articulação realizado a partir da CPA Central junto às comissões locais através de reuniões periódicas para decidir sobre o processo. Ao longo de 2019 e 2020 foram realizadas reuniões com a finalidade de deliberar sobre temas como a elaboração e implementação dos questionários no sistema, estratégias para a divulgação e sensibilização da comunidade, orientações para a elaboração/padronização dos relatórios realizados pelos *Campi* e a atualização do Regimento Interno (debate ainda inconcluso).

Em 2020, as atividades da comissão foram realizadas virtualmente devido ao contexto de trabalho remoto. Nesse período, ocorreram quatorze reuniões através de ferramentas como *Microsoft Teams* e *Google Meet*, sendo dez referentes às demandas da CPA Central e quatro realizadas sistemicamente, com a participação das CPAs locais.

No âmbito da comissão, esse período foi marcado pelo diálogo permanente, a construção de documentos colaborativos, a elaboração de gráficos com os resultados das pesquisas padronizados para todos os *Campi*, o trabalho de mobilização e encaminhamento de ações desenvolvidas pelas comissões locais. Esse processo de aproximação foi fundamental para a efetivação das atividades de autoavaliação no Instituto, visto que, no final de 2020, a Comissão contava com reduzido número de membros vinculados diretamente à instituição (dois servidores e dois estudantes). Certamente, esse diálogo pode ser ampliado, de modo que todas as CPAs participem efetivamente das fases de elaboração da autoavaliação institucional.

Conforme apontado anteriormente, este relatório encerra o triênio de avaliações internas e foi produzido em um contexto histórico de mudanças que, necessariamente, tiveram impactos importantes na maneira de avaliar a instituição.

No plano da administração interna, o IFRN passou por uma fase de gestão *Pró-Tempore* entre os meses de abril e dezembro. O grupo que ascendeu ao

poder institucional, nesse período, recebeu pouca adesão da comunidade escolar devido, sobretudo, a existência de uma cultura de representatividade institucional que aposta na legitimidade dos gestores eleitos.

No dia 17 de março de 2020 o IFRN suspendeu suas atividades presenciais acadêmicas e administrativas por tempo indeterminado (através da Portaria nº 501/2020-RE/IFRN). A decisão foi tomada com base nos documentos nacionais e internacionais que, à época, tratavam da Situação de Emergência Sanitária e da necessidade de prevenção ao contágio pela COVID-19.

Em 21 de setembro o Calendário Acadêmico foi retomado com atividades virtuais de orientação aos docentes e demais servidores sobre a metodologia a ser adotada para o retorno. A semana seguinte foi destinada à ambientação com os estudantes que, a partir do dia 05 de outubro, passaram a vivenciar uma nova experiência de aprendizagem: o Ensino Remoto Emergencial.

Com o objetivo de avaliar as atividades de ensino realizadas virtualmente, as Diretrizes Pedagógicas, publicadas através ON 4/2020 - PROEN/RE/IFRN de 9 de dezembro de 2020, recomendaram no seu Art. 27, Parágrafo Único, a realização pela CPA de avaliação da oferta remota por módulos “ao final de cada semestre letivo (...) com vistas a contribuir para os ajustes necessários ao redirecionamento e/ou readaptação a esse contexto atípico de pandemia”. Desse modo, a avaliação dessa nova forma de ensino foi integrada à Autoavaliação Institucional 2020, a fim de investigar junto à comunidade a sua efetividade, as condições de implementação, aspectos metodológicos e as possibilidades de melhorias.

2. Metodologia

A pesquisa de autoavaliação do IFRN tem caráter qualitativo, descritivo e quantitativo, visando gerar conhecimento sobre a opinião dos diversos sujeitos que compõem a comunidade escolar, focando nos servidores e docentes. Espera-se que os resultados obtidos sirvam de subsídios para a continuidade ou reformulação de políticas de planejamento, gestão e execução de ações de Ensino, Extensão, Pesquisa e Inovação e políticas de Recursos Humanos.

Os dados foram coletados nos 22 *campi* e na Reitoria através de questionários eletrônicos disponibilizados no SUAP (Sistema Unificado de Administração Pública) entre os dias 9 de dezembro de 2020 e 31 de janeiro de 2021. Participaram da pesquisa 13.590 respondentes, divididos da seguinte forma: 297 gestores, 340 técnicos, 61 membros da ETEP, 796 docentes e 12.130 estudantes. O total de servidores participantes corresponde a 51% do universo de respondentes esperado para a categoria. No seguimento de estudantes o percentual foi de 30,1%.

O formulário de autoavaliação institucional 2020 foi composto por questões objetivas de única e múltipla escolha, como também por questões abertas que permitem ao respondente justificar suas opções e trazer novas questões, sugestões, críticas e pontos de vista. Foram elaboradas 34 questões objetivas para os servidores e 28 para os estudantes. Para os dois segmentos havia a possibilidade de responder 4 questões subjetivas.

As questões de única escolha apresentam cinco opções de respostas, que nos gráficos apresentados neste relatório aparecem seguindo a legenda: Concordo, Concordo Parcialmente, Discordo Parcialmente, Discordo e Desconheço.

Em números totais, as respostas das perguntas pode apresentar variação de um ítem para o outro. Isso ocorre porque o respondente pode iniciar a autoavaliação, mas não é obrigado a responder todas as questões. Depois de aberto pelo usuário, as respostas ao formulário podem ser editadas até a data

de encerramento no sistema. A vantagem dessa configuração é permitir que os sujeitos tenham tempo suficiente para a elaboração e reelaboração de respostas, funcionando, sobretudo, para os casos de questionários longos. A desvantagem é a possibilidade de haver diferenças substanciais no número de respondentes para cada questão. A comissão que encerra este triênio em 2021 reduziu significativamente o número de questões e advoga pela necessidade de haver o botão de “enviar” ou “finalizar” para melhor consolidação do número de respondentes.

Sobre a metodologia de análise dos resultados a comissão estabeleceu critérios prévios de padronização na leitura dos gráficos. A ideia começou a ser consolidada a partir do diálogo com comissões de outros Estados, sobretudo, a CPA do IF Baiano. A criação de uma ferramenta para a padronização da análise de respostas surgiu da necessidade de organizar as diferentes interpretações possíveis a partir de parâmetros coerentes. Por isso, a tabela de classificação foi compartilhada com as CPAs dos *campi* para servir de referência na elaboração dos relatórios locais. Foi facultado às referidas comissões a decisão sobre a pertinência e formas da utilização dos critérios com base nas suas realidades concretas.

Quanto à sua estrutura, a tabela de análise é composta por um conjunto de faixas nas quais os percentuais das respostas podem se encaixar, indicando que a política/ação analisada pode ser *continuada*, *necessita de aprimoramento*, *requer alguma atenção* ou *então requer medidas urgentes*.

Com o objetivo de operacionalizar a leitura dos resultados, os critérios foram organizados em tabelas elaboradas em planilhas eletrônicas. Essas planilhas permitem a identificação automática das faixas onde as respostas da comunidade se encaixam. Para facilitar a visualização dos resultados, foram estabelecidas cores referentes aos percentuais dos critérios indicados que identificam a situação sugerida pelos percentuais de respostas. A tabela que resume as classificações adotadas é apresentada a seguir.

Respostas possíveis		Opção	Critérios	Faixa	Situação
			A+B	$A+B \geq 75\%$	Continuação
Concordo	A		A+B	$75\% > A+B \geq 50\%$	Aprimoramento
Concordo Parcialmente	B		B+C	$B+C \geq 50\%$	Aprimoramento
Discordo Parcialmente	C		C	$25\% \geq C > 15\%$	Atenção
Discordo	D		E	$25\% \geq E > 15\%$	Atenção
Desconheço	E		D	$D \geq 25\%$	Urgência
			E	$E \geq 25\%$	Urgência

Tabela 1. Critérios de classificação das frequências das respostas. Fonte: Comissão Própria de Avaliação do IFRN

Para a realização efetiva da análise através da tabela é importante considerar alguns pontos: primeiro, é possível que alguns itens se enquadrem em mais de uma faixa. Nessas situações deve ser realizada uma análise mais detida sobre a resposta de acordo com a realidade institucional. Segundo, há a possibilidade de que alguns itens não se enquadrem em nenhuma das faixas. Novamente, cabe à comissão fazer a análise baseada na realidade concreta.

A partir dessa metodologia de análise pretende-se identificar, de forma mais coerente, as ações exitosas e as fragilidades a serem corrigidas a partir das respostas da comunidade ao longo do triênio.

3. Apresentação dos dados

A seguir serão apresentadas as distribuições de frequências das respostas às perguntas e afirmações presentes no questionário de autoavaliação 2020. Os gráficos estão organizados de acordo com os macroprocessos definidos no plano de avaliação institucional e as considerações sobre os resultados serão realizadas na seção de *Análise dos dados e das informações*. Ressalte-se que as questões foram adaptadas ao contexto remoto e o formulário apresenta uma seção dedicada ao Ensino Remoto Emergencial . Ao final, será inserida a tabela de equivalência entre os itens do questionário e as dimensões do SINAES.

3.1. Avaliação do Ensino remoto emergencial

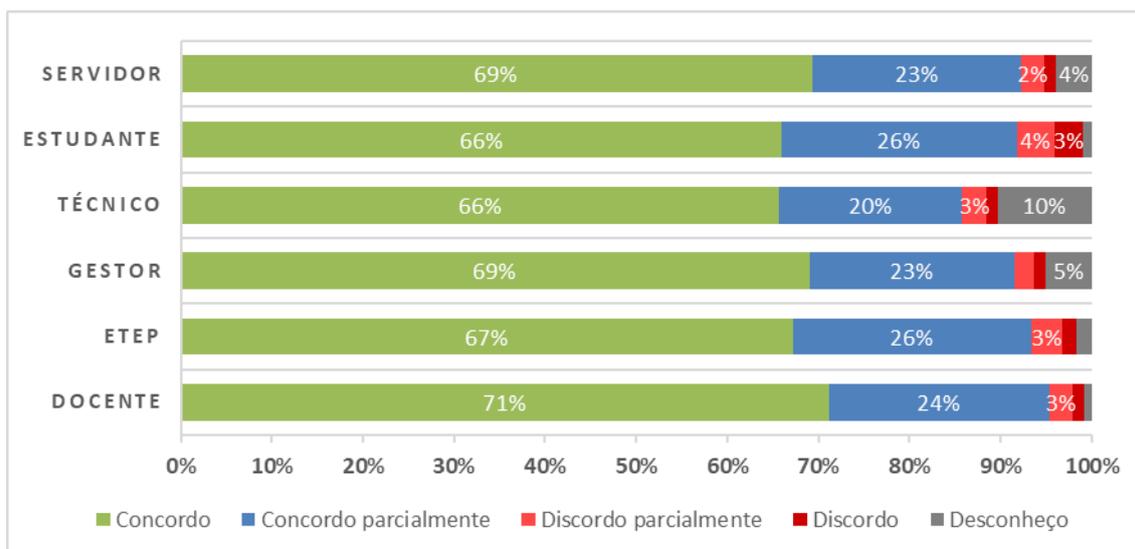


Gráfico 1. O Ensino Remoto Emergencial configura uma alternativa viável para o Ensino no meu campus, tendo em vista a necessidade de isolamento social devido à pandemia da COVID-19

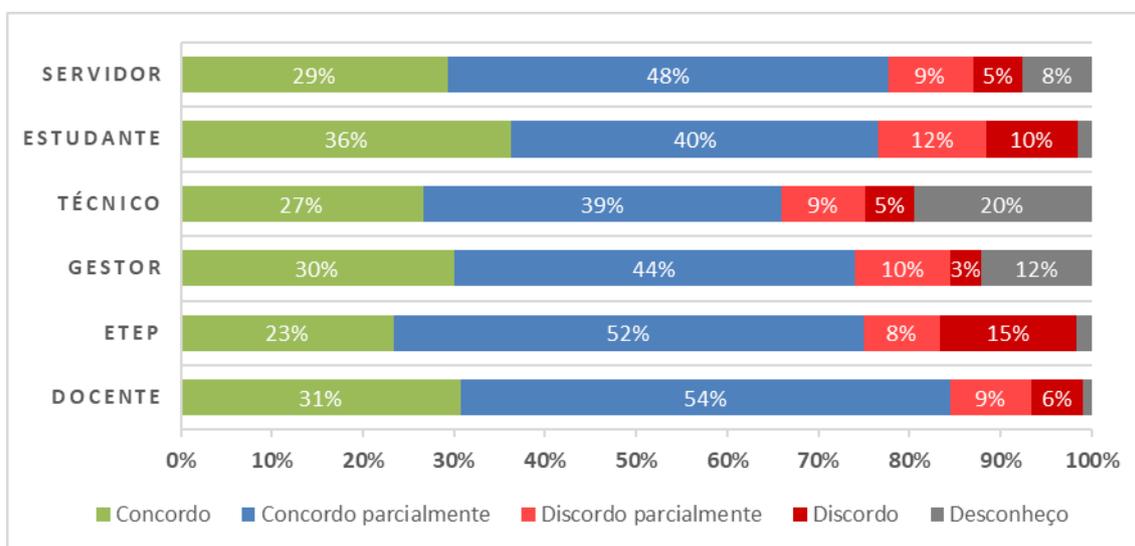


Gráfico 2. O Ensino Remoto Emergencial foi implementado de forma eficiente, atendendo às necessidades do processo de ensino-aprendizagem

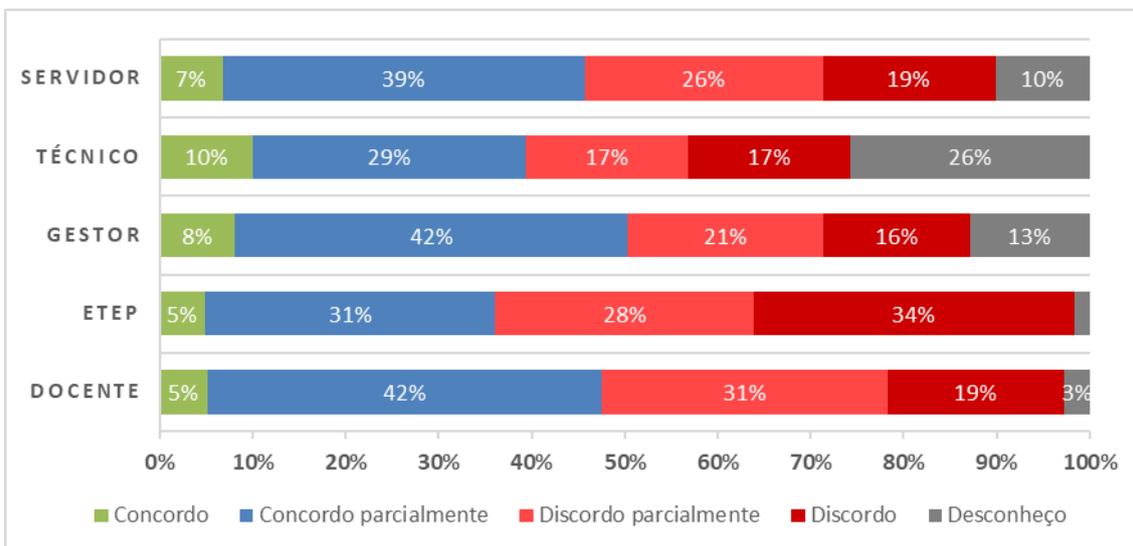


Gráfico 3. As condições socioeconômicas do estudante em relação ao acesso à recursos tecnológicos e ambiente adequado de estudo garantiram uma aprendizagem eficiente

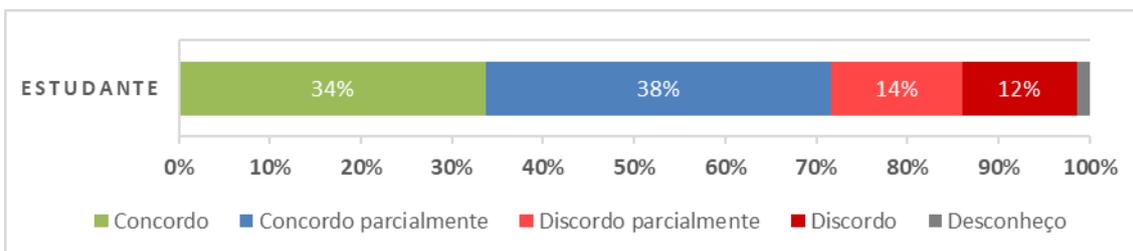


Gráfico 4. Minhas condições socioeconômicas em relação ao acesso a recursos tecnológicos e ambiente adequado de estudo garantiram uma aprendizagem eficiente

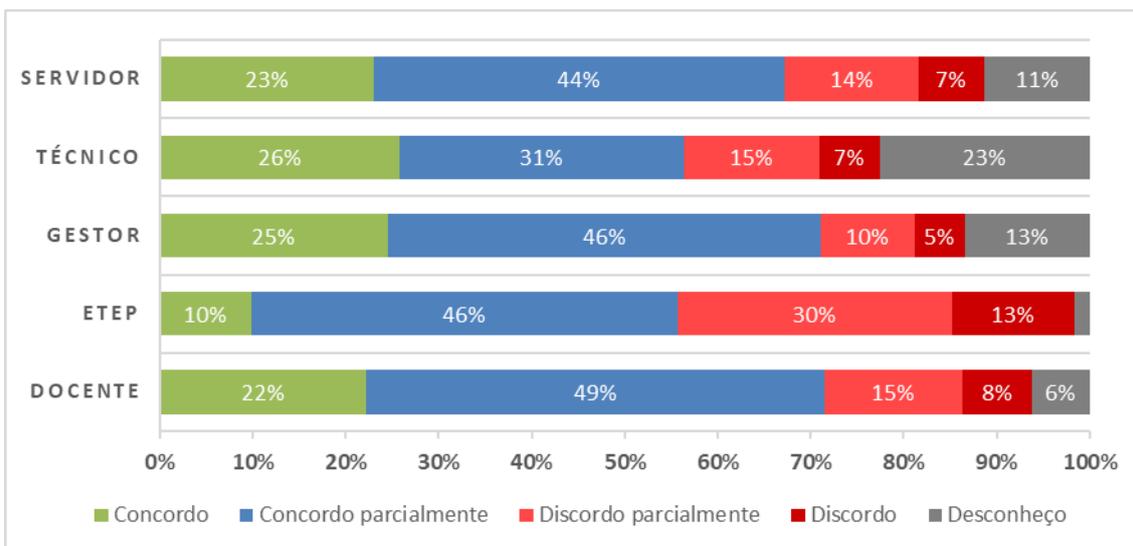


Gráfico 5. O Ensino Remoto Emergencial foi efetivo em garantir a permanência do aluno no IFRN

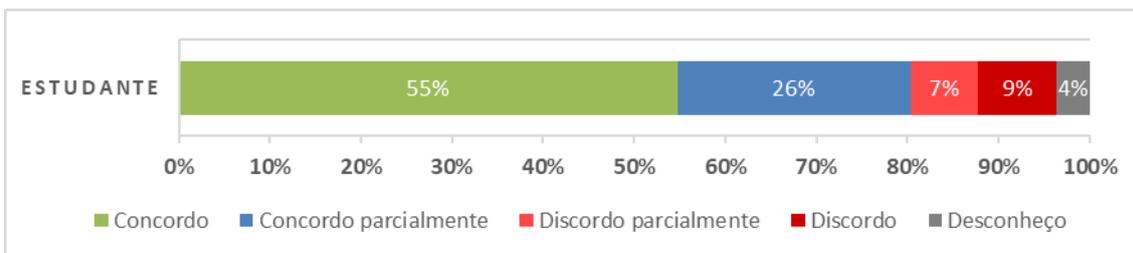


Gráfico 6. O Ensino Remoto Emergencial foi efetivo em garantir minha permanência no IFRN

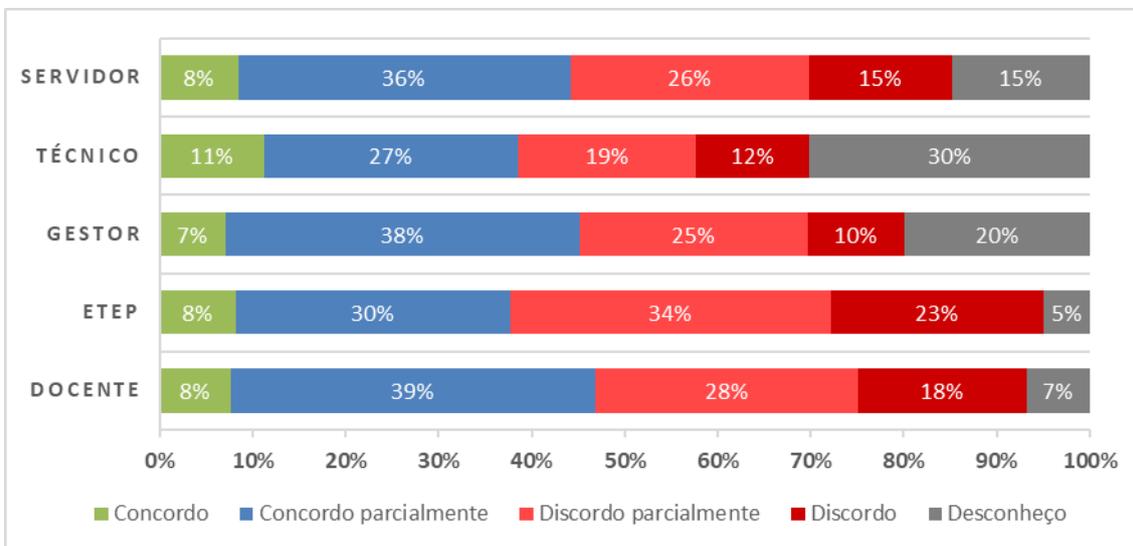


Gráfico 7. As condições emocionais do estudante frente ao Ensino Remoto Emergencial contribuíram para uma aprendizagem significativa

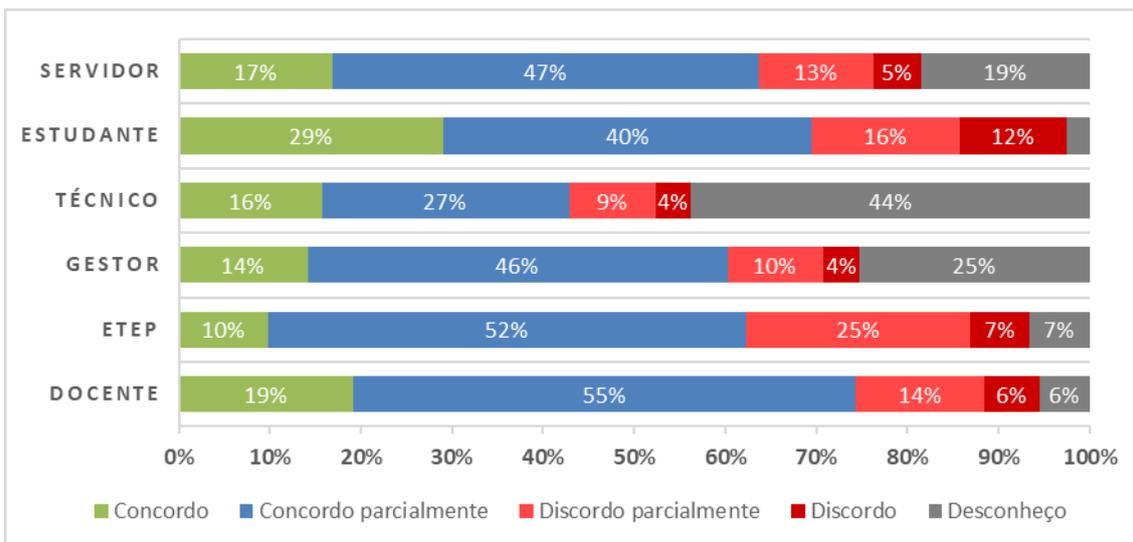


Gráfico 8. As metodologias adotadas no Ensino Remoto Emergencial nas diversas disciplinas proporcionaram uma aprendizagem significativa

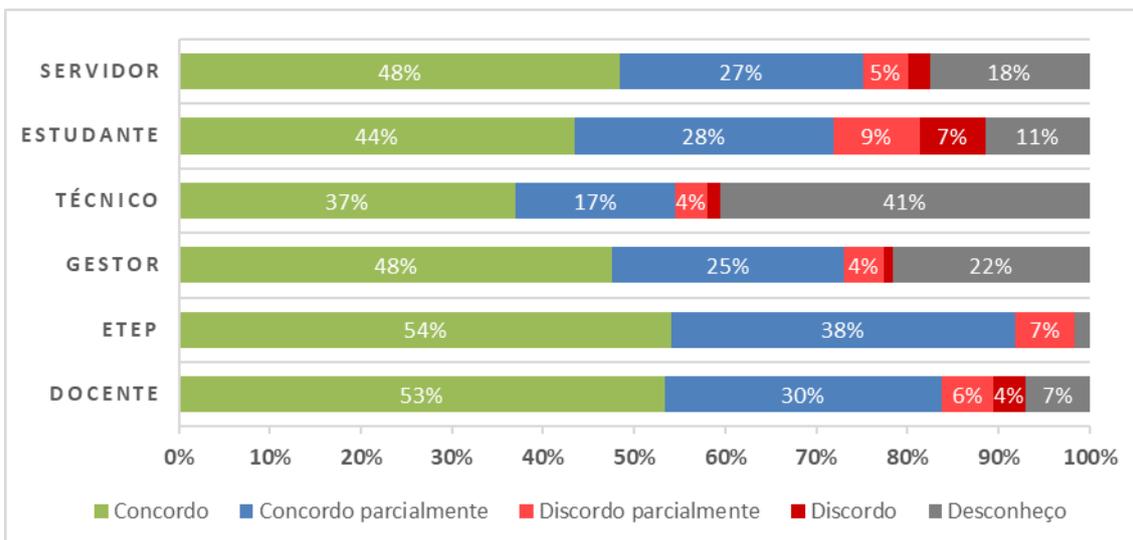


Gráfico 9. O acompanhamento pedagógico realizado pelos setores competentes do meu campus foi satisfatório

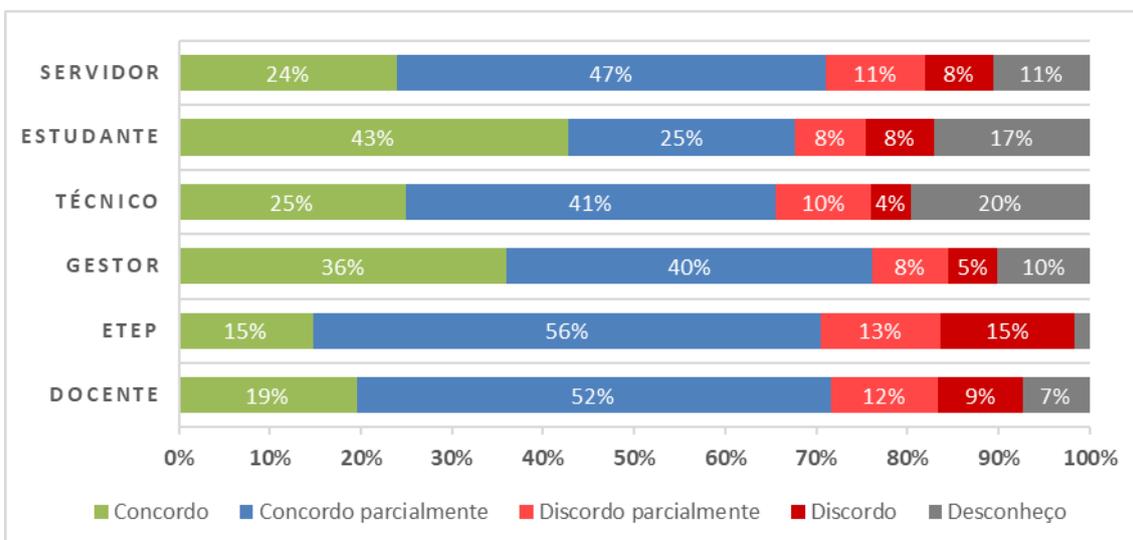


Gráfico 10. As políticas de auxílio financeiro implementadas no meu campus foram suficientes para garantir o acesso às aulas remotas

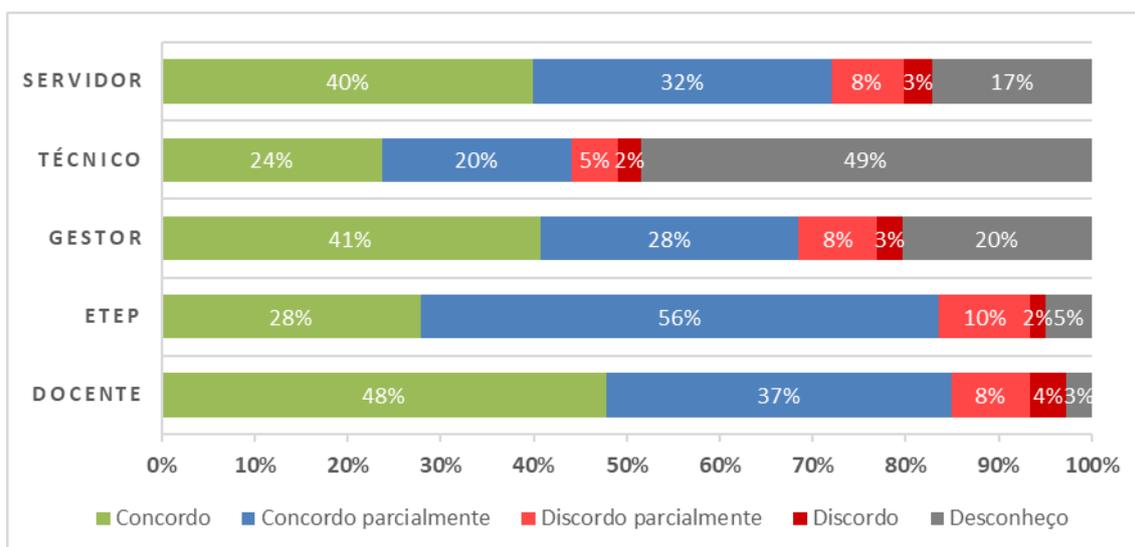


Gráfico 11. As ações de capacitação docente para o Ensino Remoto Emergencial do meu campus foram eficazes em preparar os docentes para as atividades de ensino

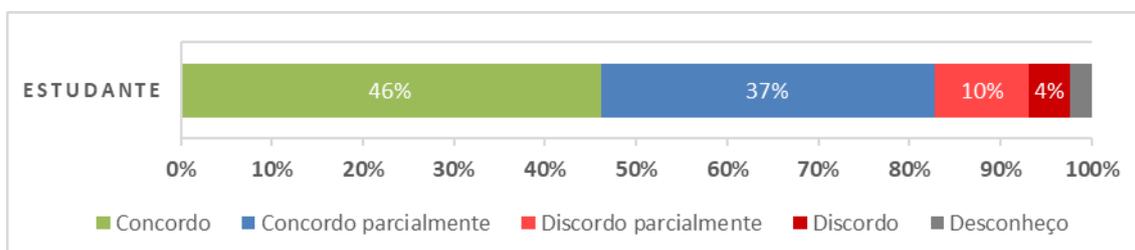


Gráfico 12. Os professores do meu campus demonstraram estar capacitados para o desenvolvimento das atividades no Ensino Remoto Emergencial

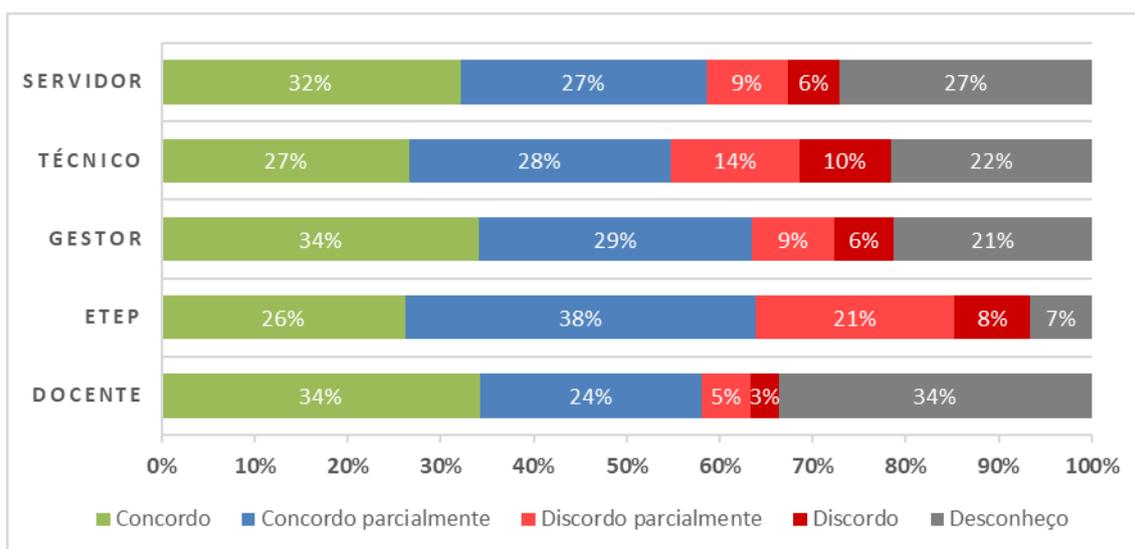


Gráfico 13. As ações de capacitação para o Ensino Remoto Emergencial do meu campus foram eficazes em preparar o corpo técnico administrativo para atuar no suporte às atividades de ensino

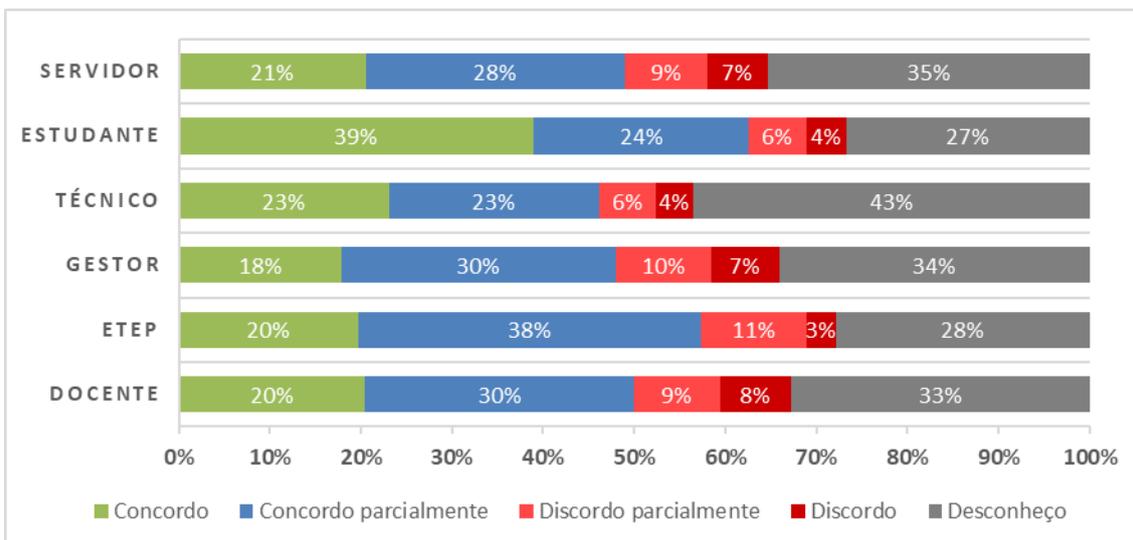


Gráfico 14. As políticas do IFRN de acesso a bibliotecas virtuais e similares foram eficientes em fornecer a informação necessária ao processo ensino-aprendizagem

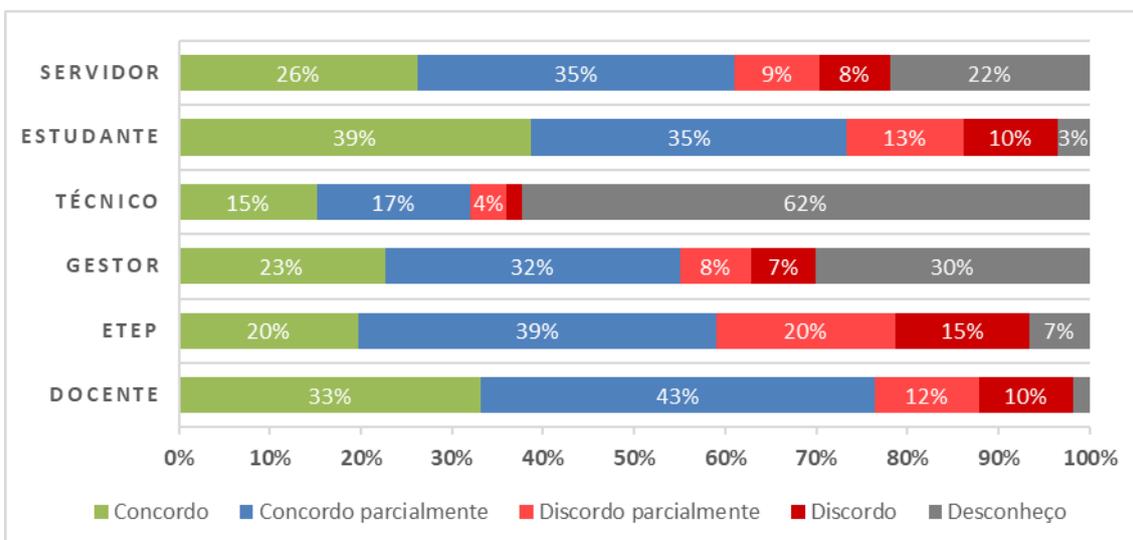


Gráfico 15. A proporção entre as cargas horárias das aulas síncronas e assíncronas estabelecida nos módulos contribuiu para atingir os objetivos de aprendizagem

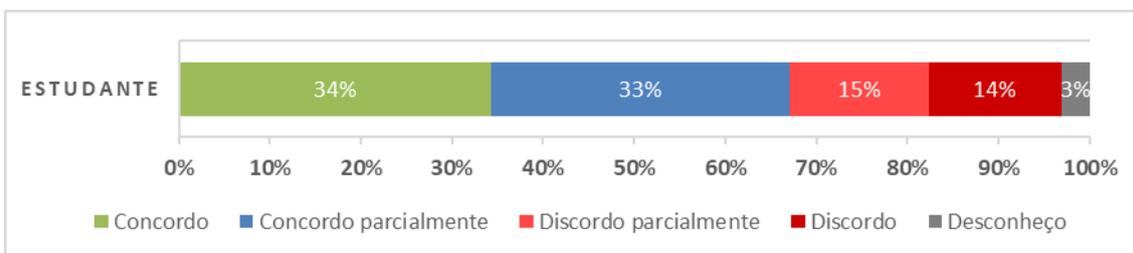


Gráfico 16. A quantidade de atividades avaliativas estabelecidas e o tempo reservado para sua execução foram adequados

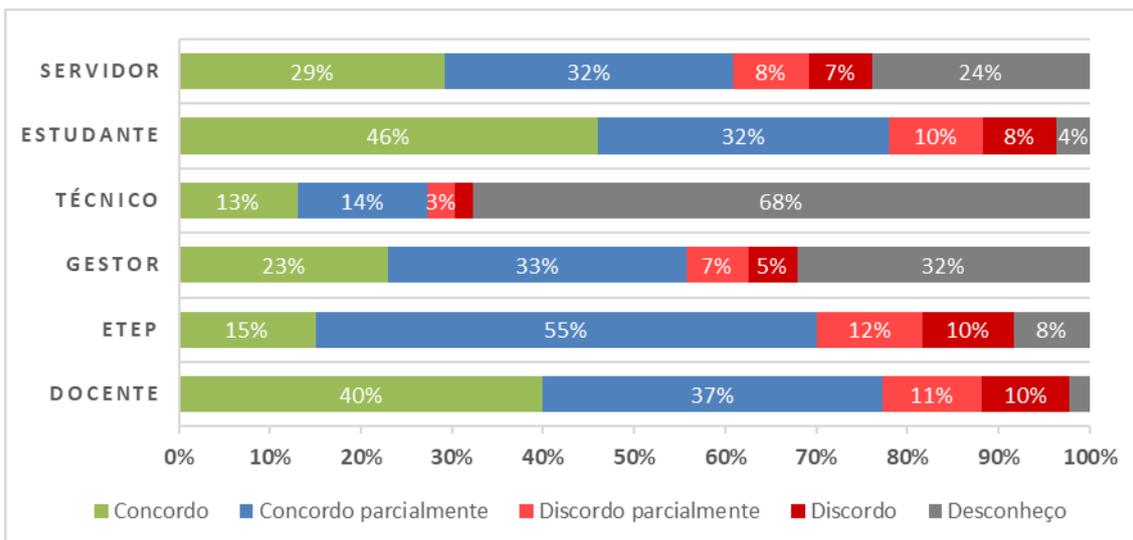


Gráfico 17. O tempo reservado às aulas em momentos síncronos foi suficiente para esclarecer dúvidas sobre os conteúdos relativos às atividades assíncronas

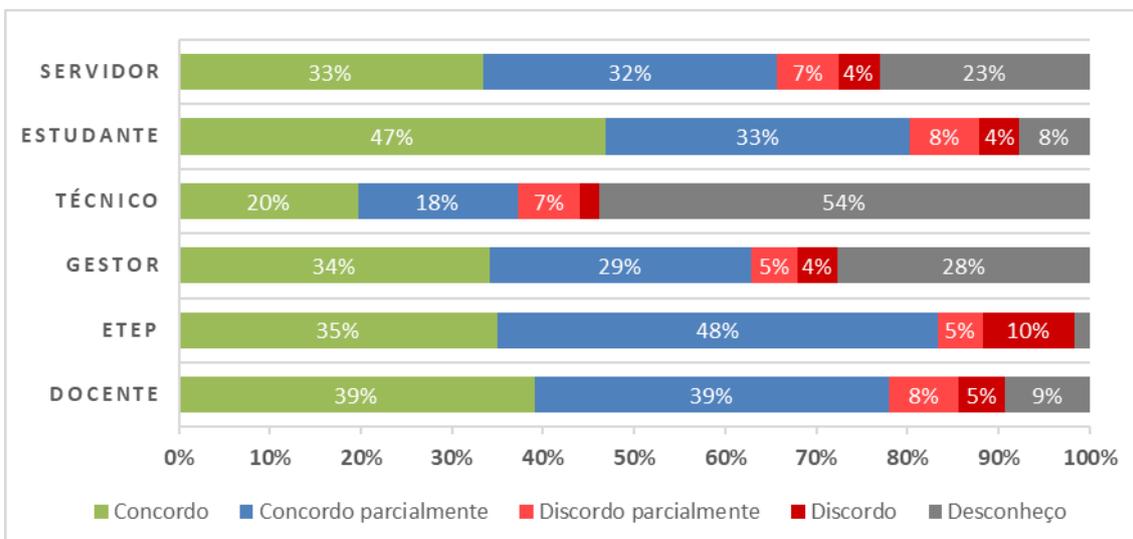


Gráfico 18. As capacitações dos discentes promovidas pelo campus foram eficientes em inseri-los no ambiente remoto de ensino-aprendizagem

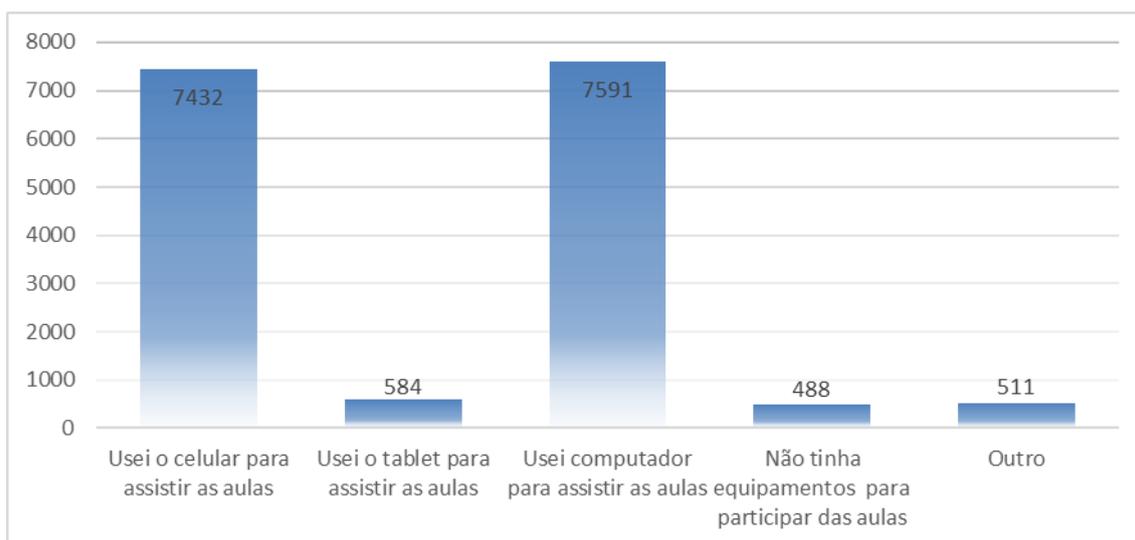


Gráfico 19. Sobre as Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs) que você utilizou ao longo dos módulos do primeiro semestre

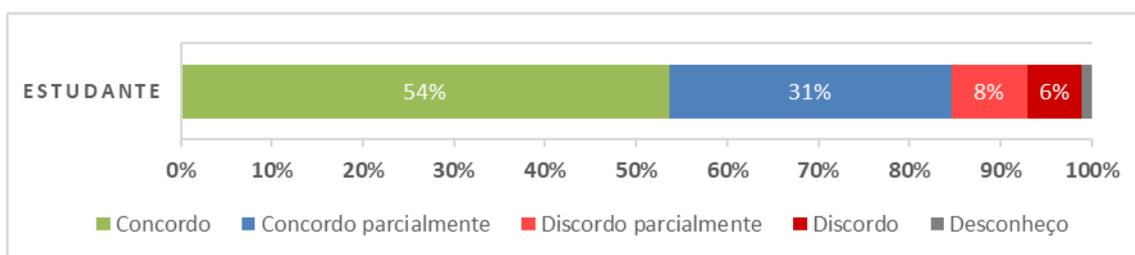


Gráfico 20. A conexão de internet que possui possibilita o acesso adequado a vídeos e plataformas de interação e aprendizagem

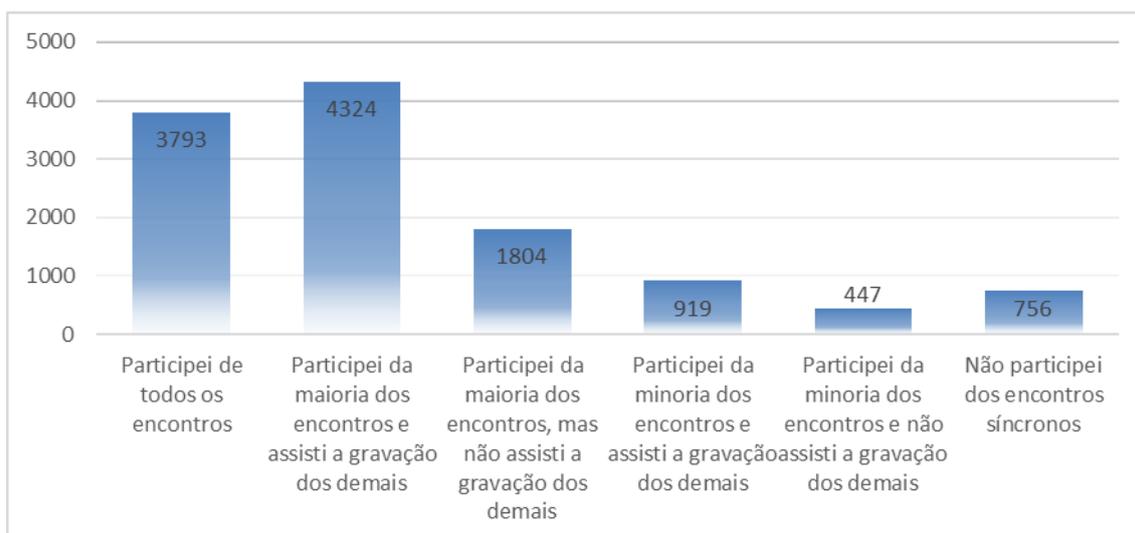


Gráfico 21. Sobre a minha participação nos momentos síncronos

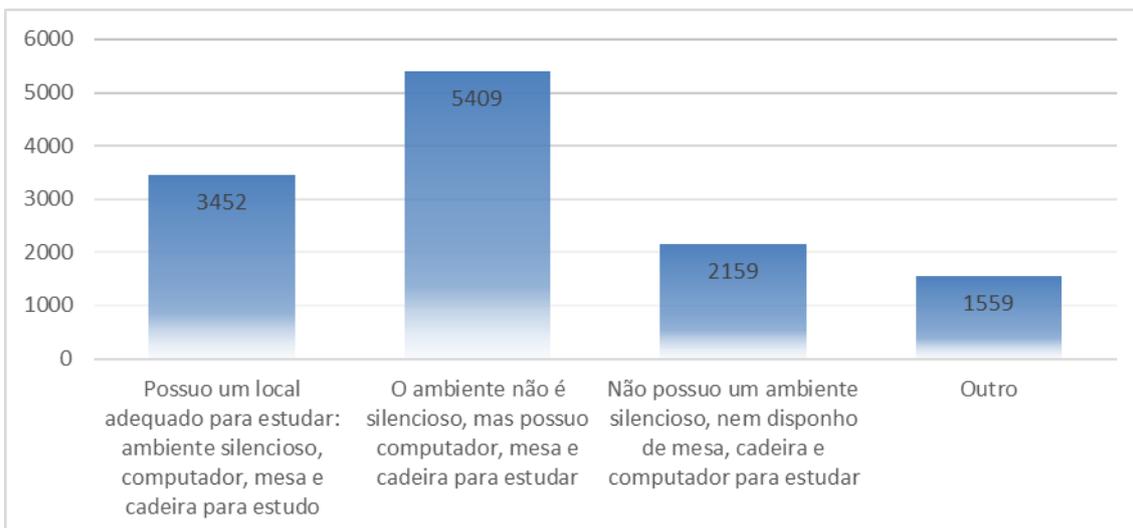


Gráfico 22. Sobre meu ambiente de estudo em casa

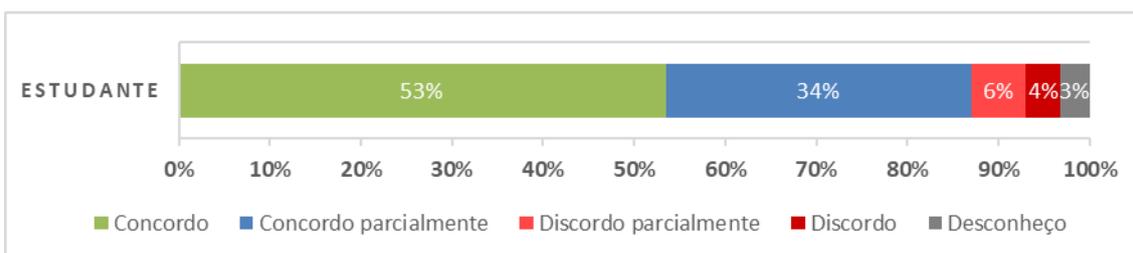


Gráfico 23. Os aplicativos, plataformas e ambientes virtuais de aprendizagem utilizados nos módulos do primeiro semestre foram adequados para o meu êxito no Ensino Remoto Emergencial

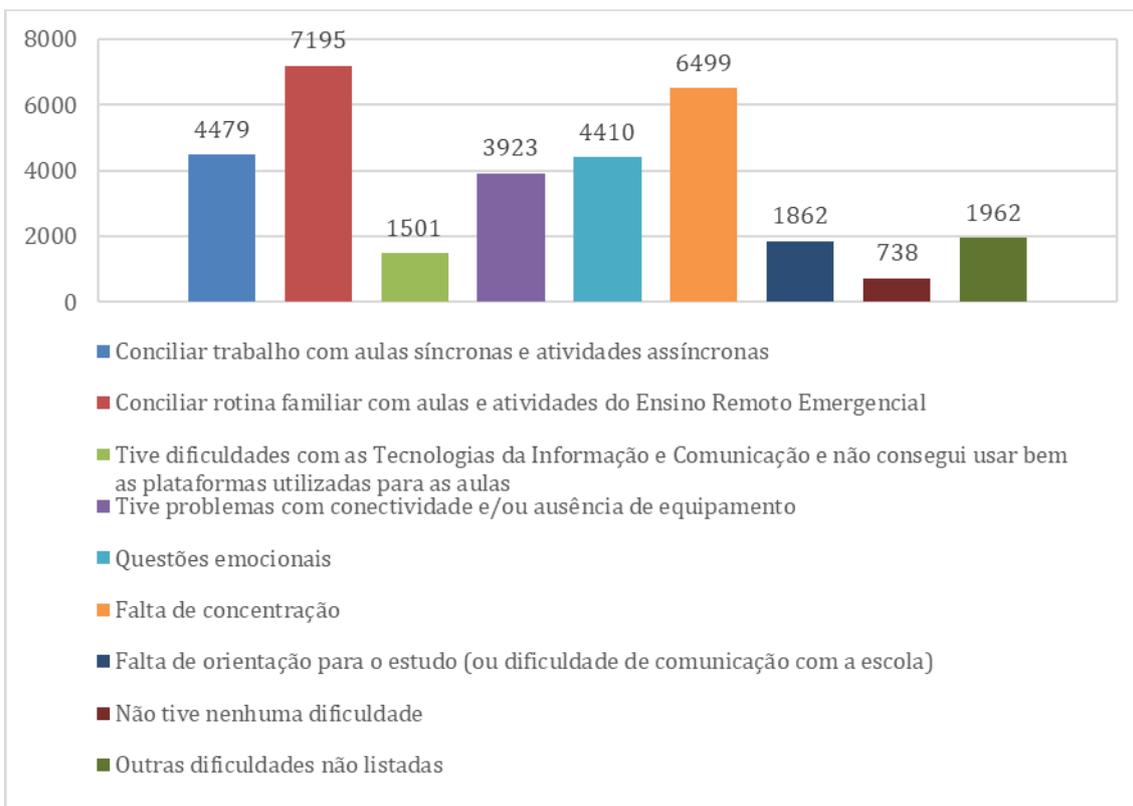


Gráfico 24. Sobre as dificuldades enfrentadas no contexto do Ensino Remoto Emergencial, assinale a(s) que você enfrentou

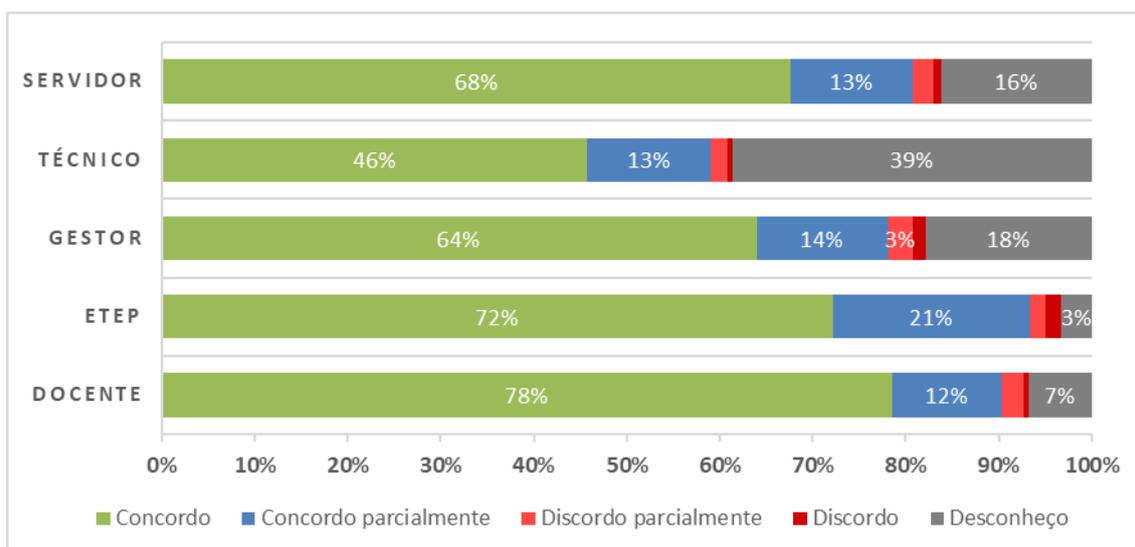


Gráfico 25. A retomada das atividades de ensino no meu campus seguiu as diretrizes pedagógicas definidas no plano de retomada das atividades de ensino aprovado no CONSUP/IFRN

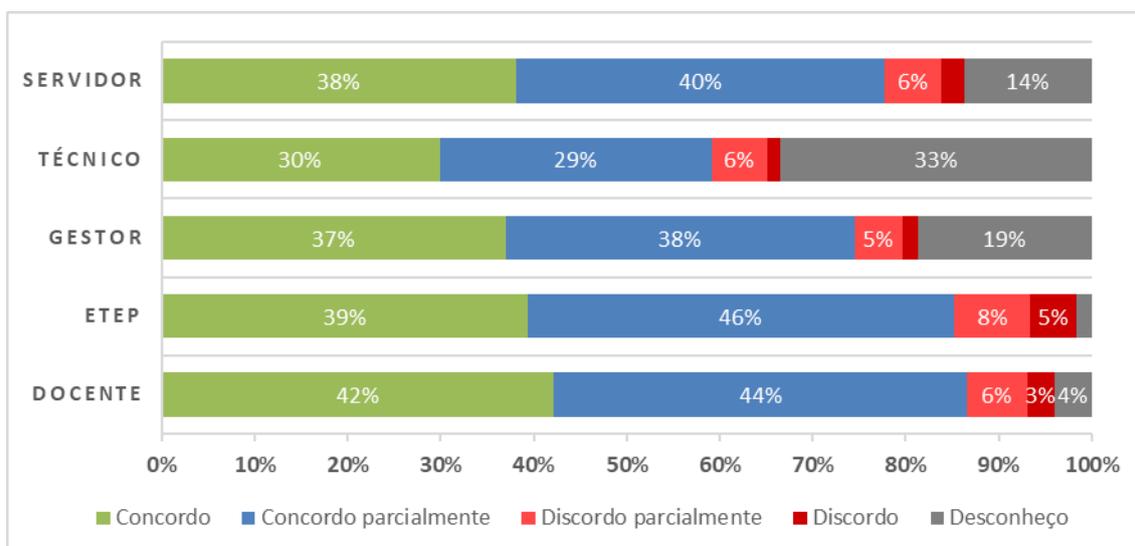


Gráfico 26. As diretrizes pedagógicas definidas no plano de retomada das atividades de ensino foram efetivas em reduzir os impactos negativos no processo de ensino-aprendizagem do período pandêmico

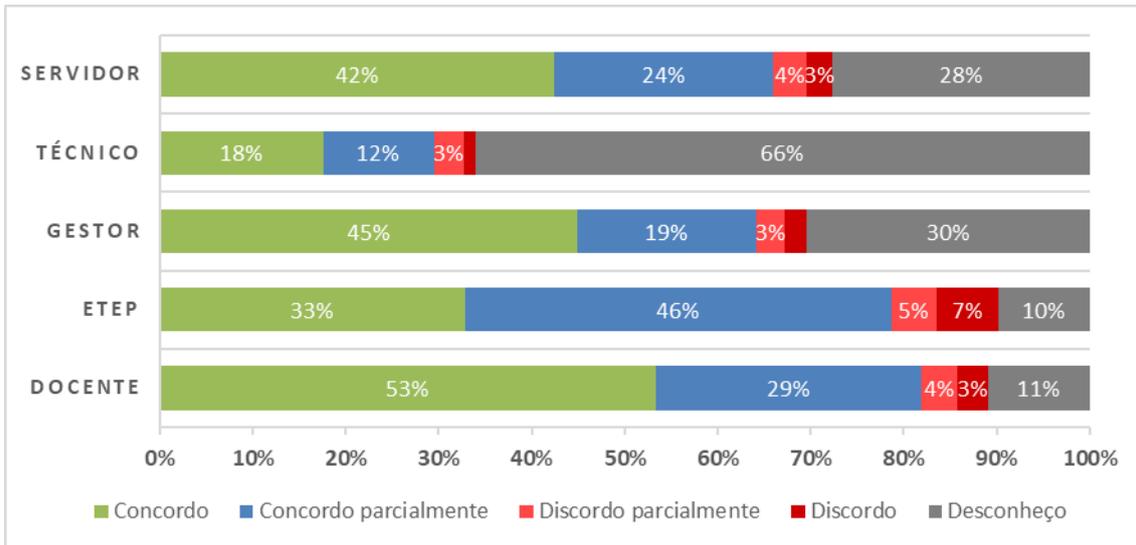


Gráfico 27. A distribuição das disciplinas nos módulos foi equilibrada com relação às disciplinas técnicas e de formação geral

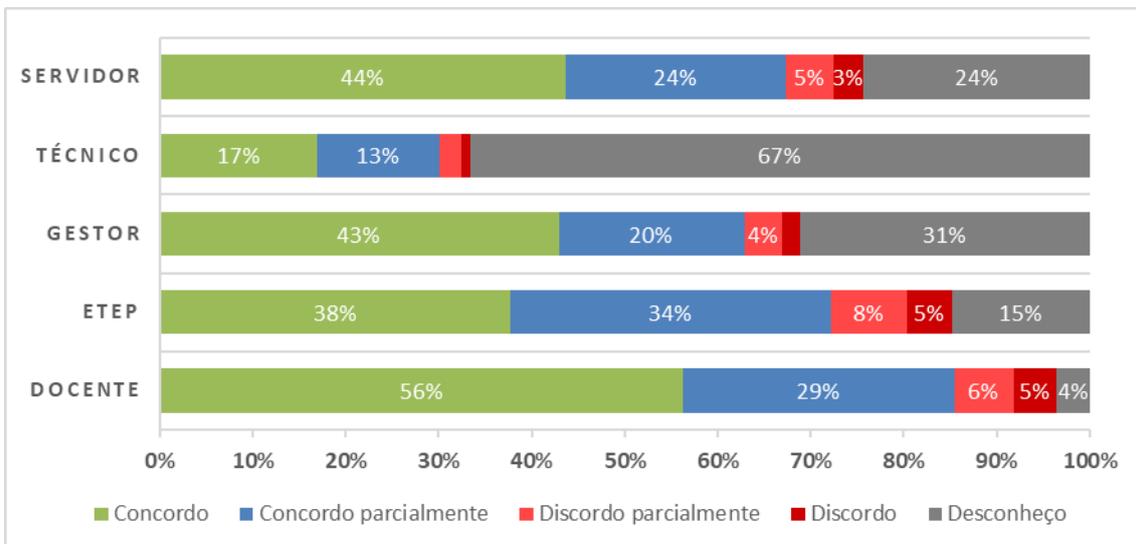


Gráfico 28. A distribuição das cargas horárias dos docentes ao longo dos módulos foi coerente e equilibrada

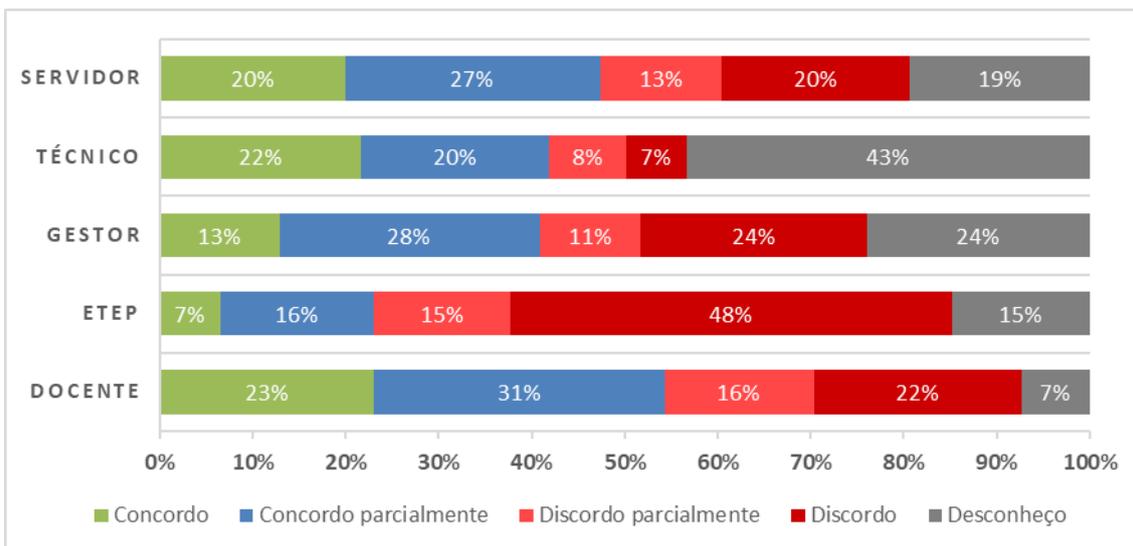


Gráfico 29. As adequações no SUAP, para dar conta das diretrizes para o Ensino Remoto Emergencial, foram realizadas em tempo hábil

3.2. PDI, função social e atendimento aos discentes

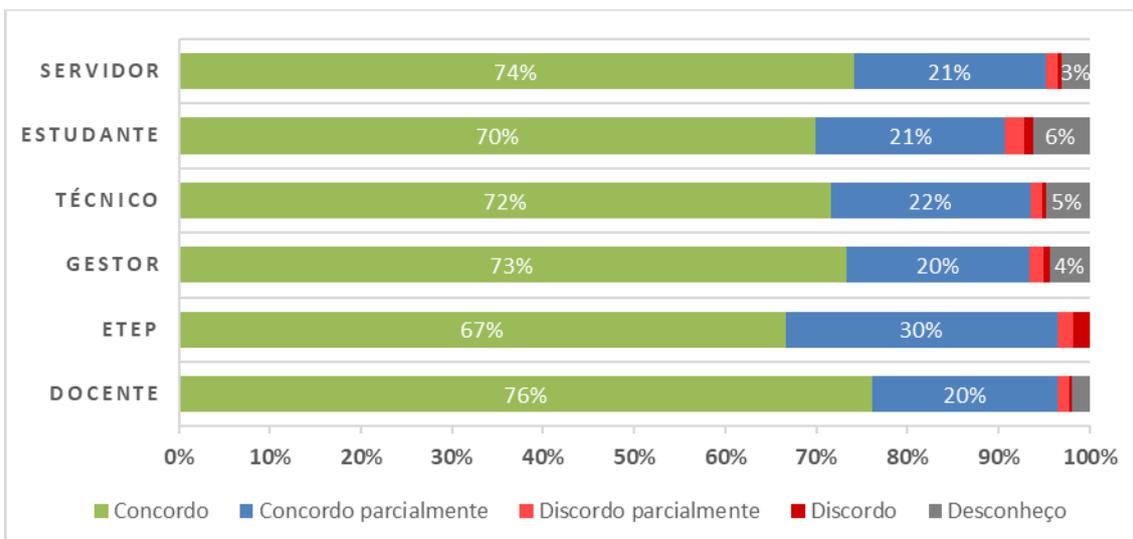


Gráfico 30. A prática educativa do IFRN cumpre sua função social com o exercício da cidadania e com a produção e a socialização do conhecimento

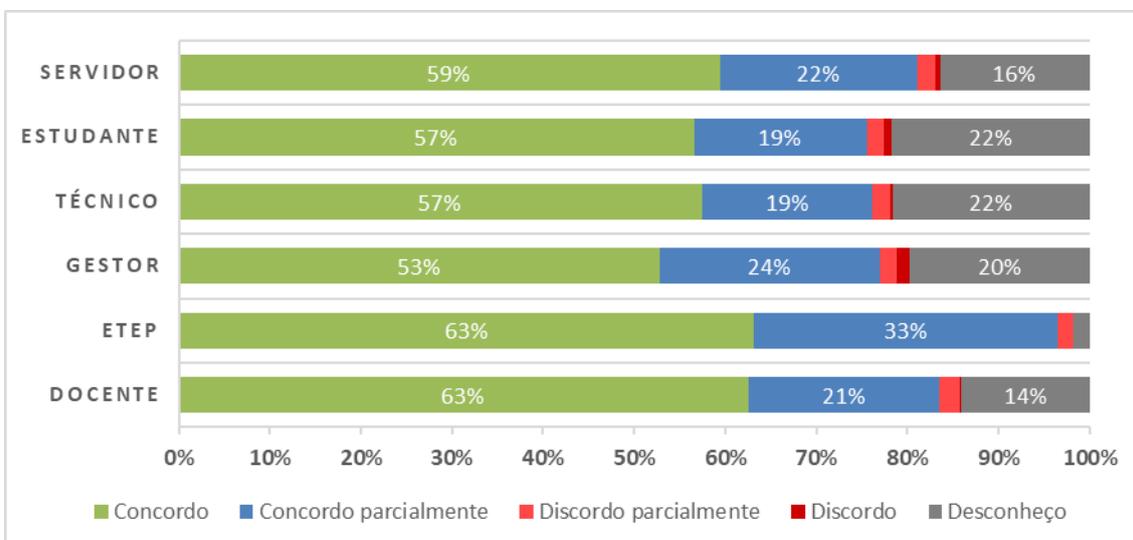


Gráfico 31. A atuação dos núcleos de inclusão social, valorização de direitos humanos e de cultura são coerentes com o estabelecido no PDI e no PPP

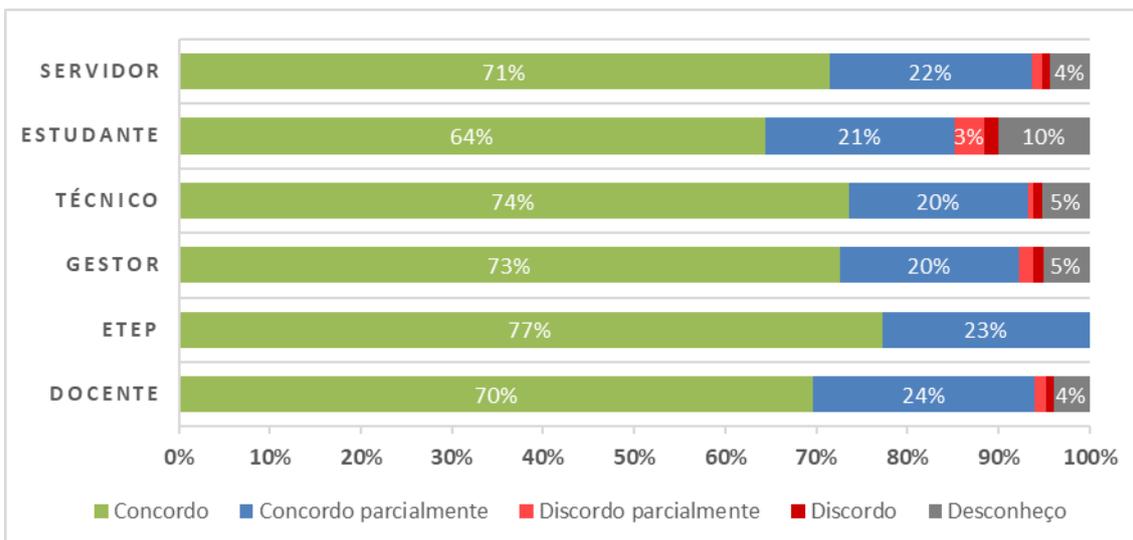


Gráfico 32. Os programas de assistência estudantil do meu campus contribuem para a permanência e êxito do estudante

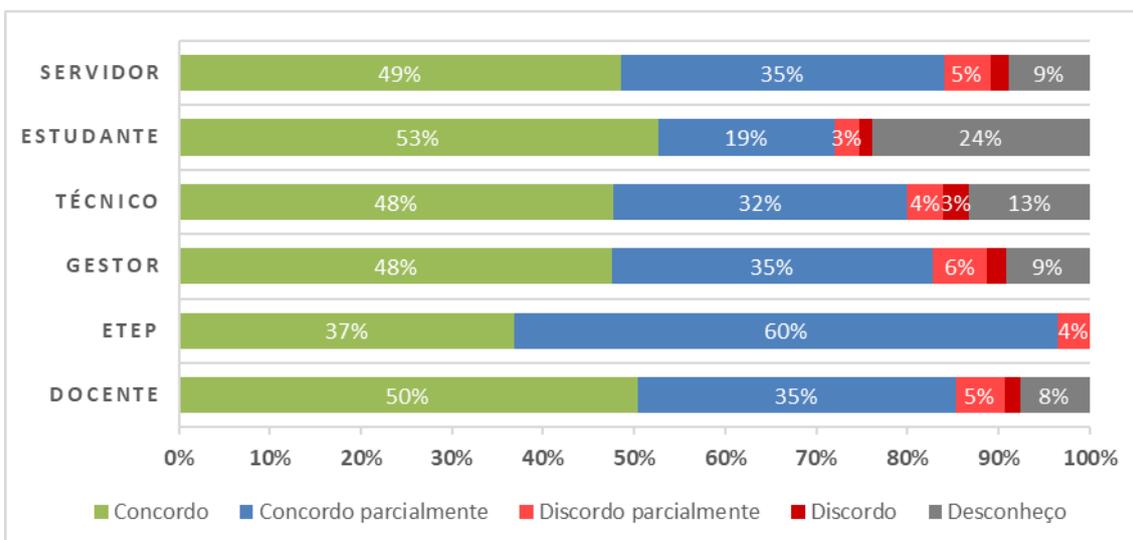


Gráfico 33. As ações de inclusão educacional e promoção da acessibilidade para os estudantes com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação do meu campus são satisfatórias

3.3. Planejamento e avaliação

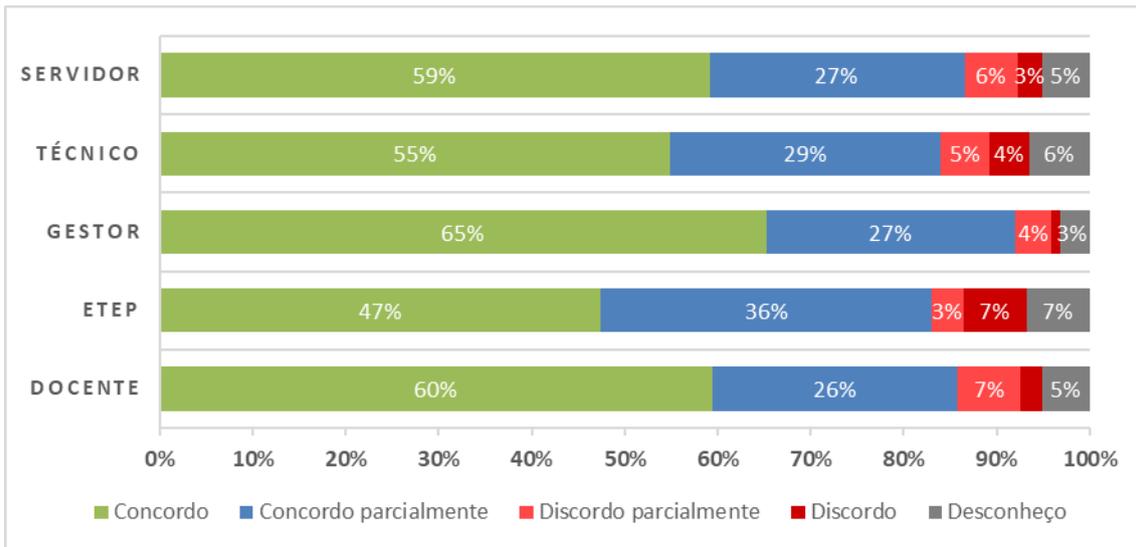


Gráfico 34. O planejamento estratégico do meu campus é participativo e é flexível às adequações necessárias no decorrer de sua execução

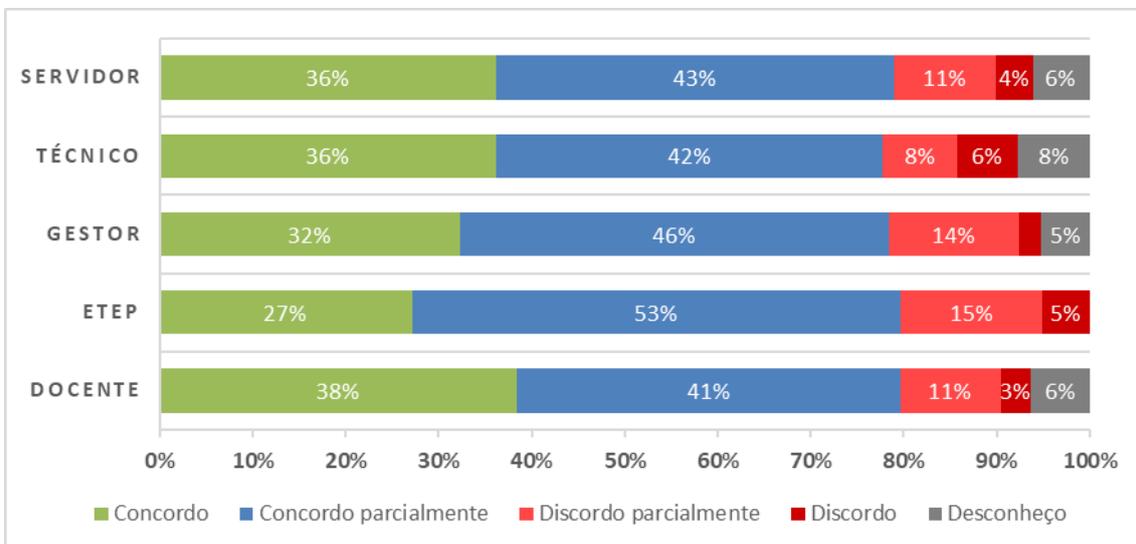


Gráfico 35. Os procedimentos de avaliação institucional são eficientes na identificação de problemas e proposição de novas ações

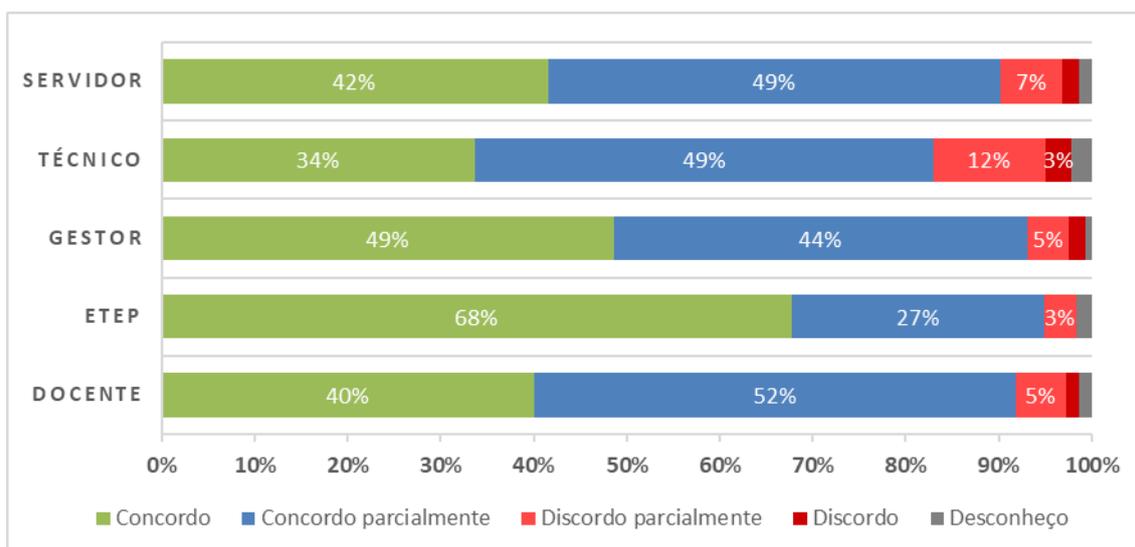


Gráfico 36. Meu conhecimento dos principais documentos normativos, para o período de suspensão das atividades presenciais e de Ensino Remoto Emergencial, do IFRN é satisfatório

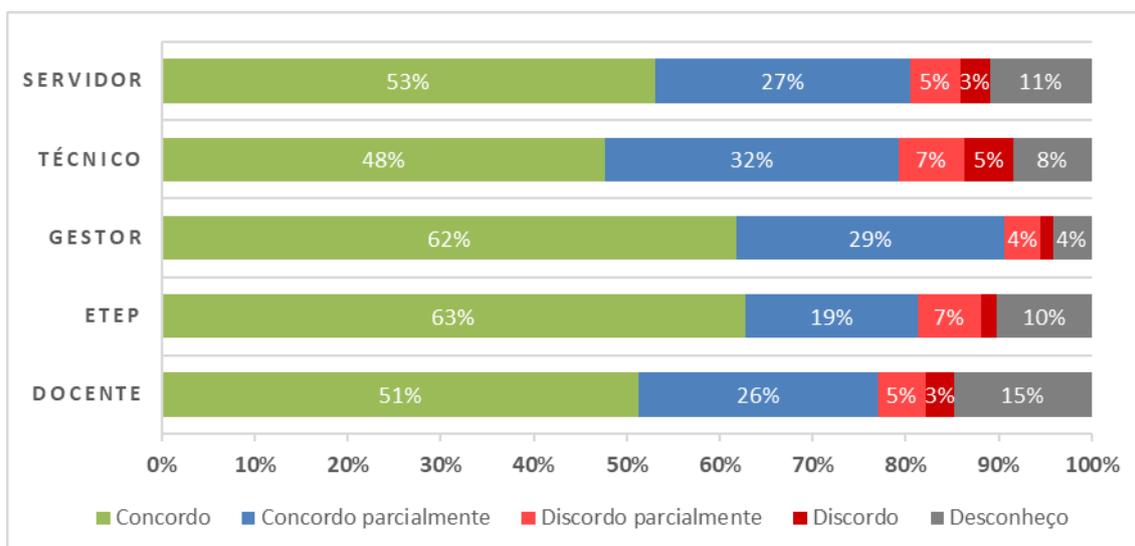


Gráfico 37. O planejamento orçamentário do meu campus é transparente, participativo, contribui para sua sustentabilidade financeira e há adequação às medidas de biossegurança, bem como ajustes de recursos para o período pandêmico

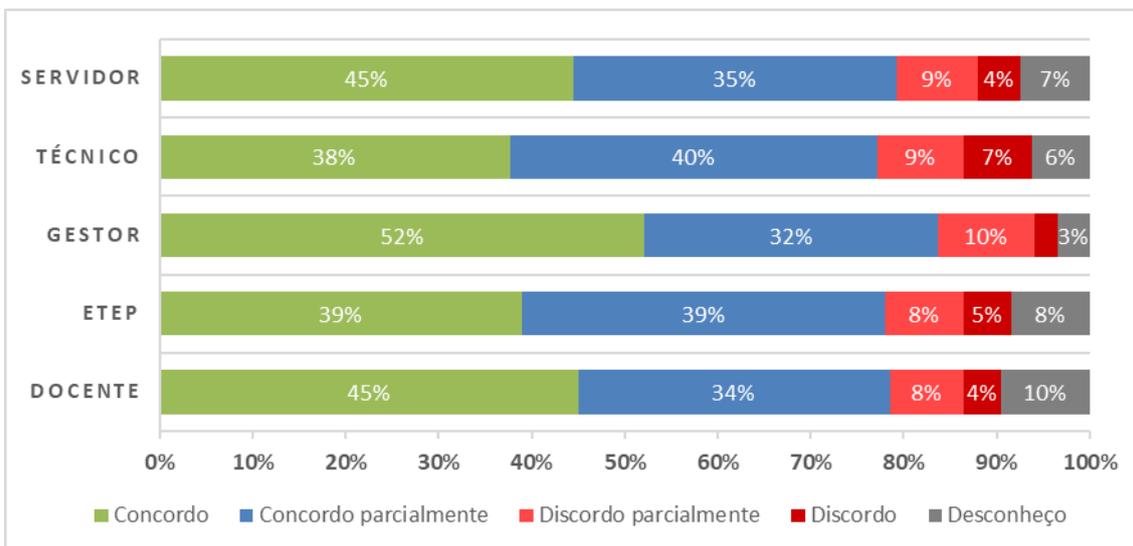


Gráfico 38. As políticas de assistência e de melhoria da qualidade de vida dos servidores do meu campus são satisfatórias

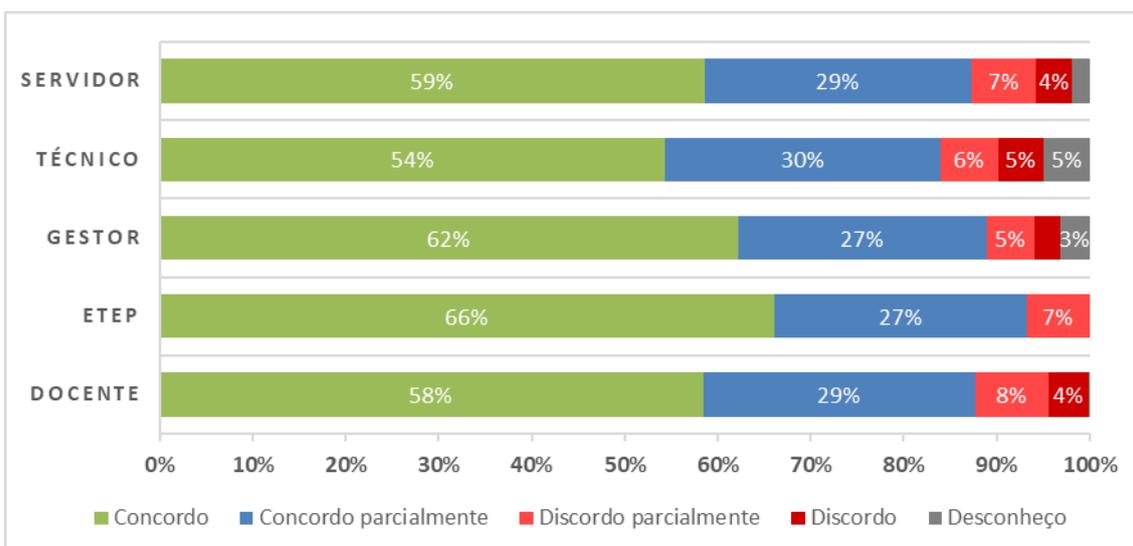


Gráfico 39. As reuniões pedagógicas, administrativas e de grupos constituem-se como espaço formativo para os servidores do meu campus

3.4. Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão

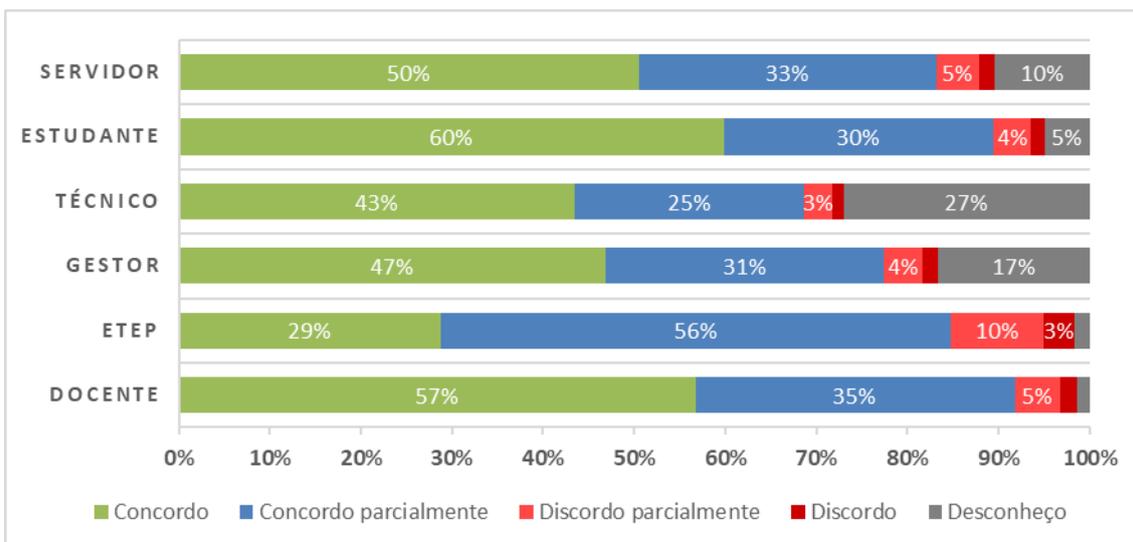


Gráfico 40. A prática pedagógica docente do meu campus contribui para uma educação integrada efetiva

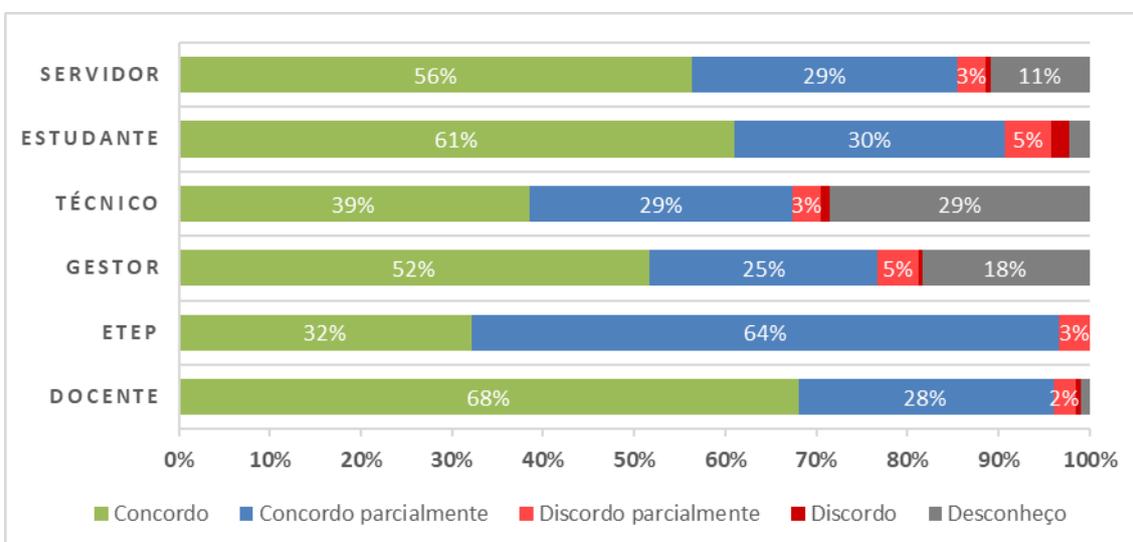


Gráfico 41. A relação aluno-professor no meu campus facilita o processo de ensino e aprendizagem

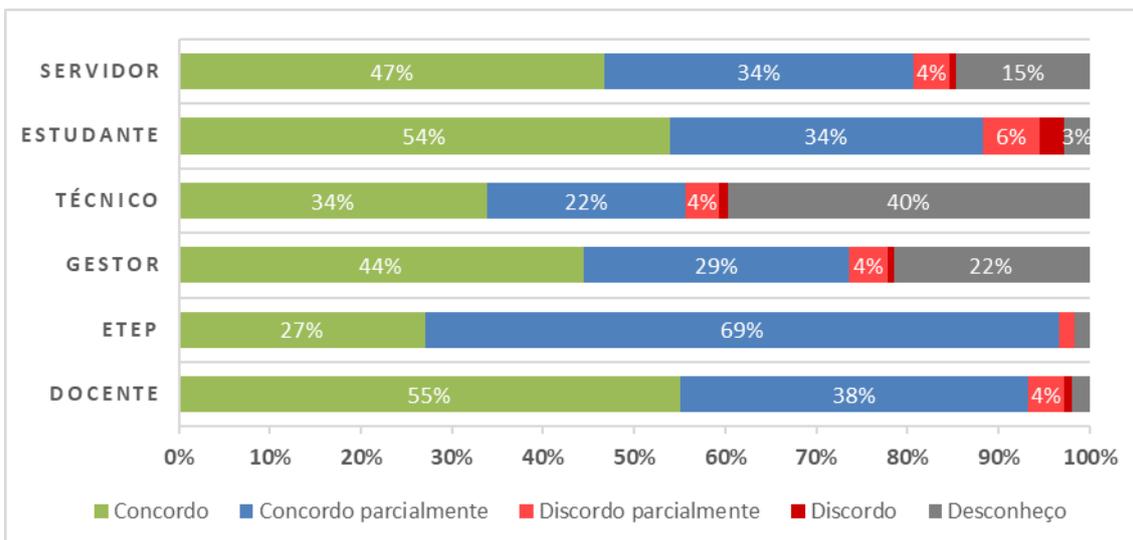


Gráfico 42. Os procedimentos de avaliação do estudante e de acompanhamento das atividades acadêmicas desenvolvidas do meu campus favorecem o processo de ensino e aprendizagem

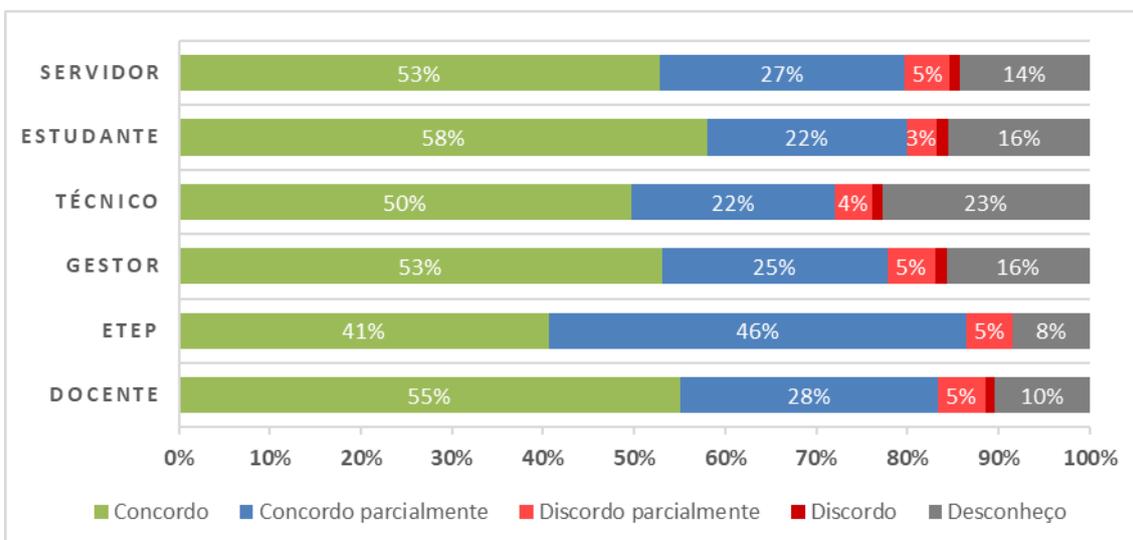


Gráfico 43. As atividades de extensão desenvolvidas na comunidade pelo meu campus contribuem para a articulação da produção de conhecimento e acesso às tecnologias e inovação

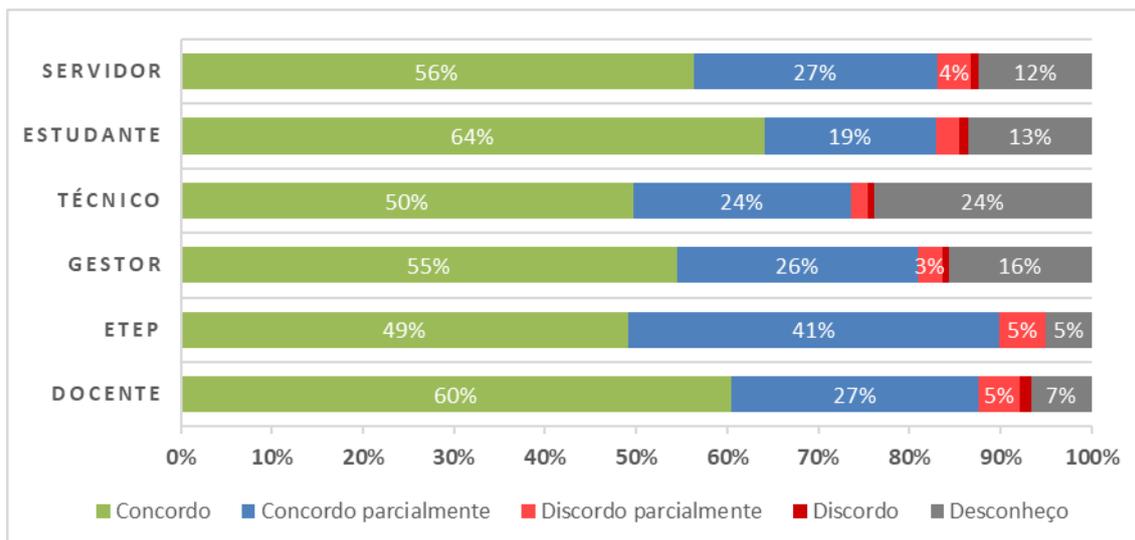


Gráfico 44. Os programas do meu campus, relativos à pesquisa e inovação, favorecem a qualidade da formação do estudante e o desenvolvimento institucional

3.5. Equivalência entre macroprocessos e dimensões do SIANES

A tabela a seguir apresenta todos os itens que compuseram os instrumentos de autoavaliação 2020. As duas primeiras colunas estão marcadas com x o público alvo do item em questão. A última coluna indica a dimensão (ou as dimensões) do SINAES avaliada(s) no item.

Servidor	Estudante	Item	SINAES
X	X	O Ensino Remoto Emergencial configura uma alternativa viável para o Ensino no meu campus, tendo em vista a necessidade de isolamento social devido à pandemia da COVID-19	3; 2
X	X	O Ensino Remoto Emergencial foi implementado de forma eficiente, atendendo às necessidades do processo de ensino-aprendizagem	2; 9
X		As condições socioeconômicas do estudante em relação ao acesso à recursos tecnológicos e ambiente adequado de estudo garantiram uma aprendizagem eficiente	2; 9
	X	Minhas condições socioeconômicas em relação ao acesso a recursos tecnológicos e ambiente adequado de estudo garantiram uma aprendizagem eficiente	2; 9
X		O Ensino Remoto Emergencial foi efetivo em garantir a permanência do aluno no IFRN	2; 1
	X	O Ensino Remoto Emergencial foi efetivo em garantir minha permanência no IFRN	2; 1
X		As condições emocionais do estudante frente ao Ensino Remoto Emergencial contribuíram para uma aprendizagem significativa	2; 1
X	X	As metodologias adotadas no Ensino Remoto Emergencial nas diversas disciplinas proporcionaram uma aprendizagem significativa	2; 1
X	X	O acompanhamento pedagógico realizado pelos setores competentes do meu campus foram satisfatórios	2; 9
X	X	As políticas de auxílio financeiro implementadas no meu campus foram suficientes para garantir o acesso às aulas remotas	2; 9
X		As ações de capacitação docente para o Ensino Remoto Emergencial do meu campus foram eficazes em preparar os docentes para as atividades de ensino	2; 5
	x	Os professores do meu campus demonstraram estar capacitados para o desenvolvimento das atividades no Ensino Remoto Emergencial	2; 5
X		As ações de capacitação para o Ensino Remoto Emergencial do meu campus foram eficazes em preparar o corpo técnico administrativo para atuar no suporte às atividades de ensino	5

X	x	As políticas do IFRN de acesso a bibliotecas virtuais e similares foram eficientes em fornecer a informação necessária ao processo ensino-aprendizagem	2
X	x	A proporção entre as cargas horárias das aulas síncronas e assíncronas estabelecida nos módulos contribuiu para atingir os objetivos de aprendizagem	2
	x	A quantidade de atividades avaliativas estabelecidas e o tempo reservado para sua execução foram adequados	2
X	x	O tempo reservado às aulas em momentos síncronos foi suficiente para esclarecer dúvidas sobre os conteúdos relativos às atividades assíncronas	2
X	x	As capacitações dos discentes promovidas pelo campus foram eficientes em inseri-los no ambiente remoto de ensino-aprendizagem	2
	x	Sobre as Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs) você utilizou ao longo dos módulos do primeiro semestre	--
	x	A conexão de internet que possuo possibilita o acesso adequado a vídeos e plataformas de interação e aprendizagem	--
	x	Sobre a minha participação nos momentos síncronos	--
	x	Sobre meu ambiente de estudo em casa	--
	x	Os aplicativos, plataformas e ambientes virtuais de aprendizagem utilizados nos módulos do primeiro semestre foram adequados para o meu êxito no Ensino Remoto Emergencial	--
	x	Sobre as dificuldades enfrentadas no contexto do Ensino Remoto Emergencial, assinale a(s) que você enfrentou	--
X		A retomada das atividades de ensino no meu campus seguiu as diretrizes pedagógicas definidas no plano de retomada das atividades de ensino aprovado no CONSUP/IFRN	2; 6
X		As diretrizes pedagógicas definidas no plano de retomada das atividades de ensino foram efetivas em reduzir os impactos negativos no processo de ensino-aprendizagem do período pandêmico	2; 6
X		A distribuição das disciplinas nos módulos foi equilibrada com relação às disciplinas técnicas e de formação geral	2; 6
X		A distribuição das cargas horárias dos docentes ao longo dos módulos foi coerente e equilibrada	2; 6
X		As adequações no SUAP, para dar conta das diretrizes para o Ensino Remoto Emergencial, foram realizadas em tempo hábil	6
X	x	A prática educativa do IFRN cumpre sua função social com o exercício da cidadania e com a produção e a socialização do conhecimento	1; 3

X	x	A atuação dos núcleos de inclusão social, valorização de direitos humanos e de cultura são coerentes com o estabelecido no PDI e no PPP	1; 3
X	x	Os programas de assistência estudantil do meu campus contribuem para a permanência e êxito do estudante	9
X	x	As ações de inclusão educacional e promoção da acessibilidade para os estudantes com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação do meu campus são satisfatórias	9
X		O planejamento estratégico do meu campus é participativo e é flexível às adequações necessárias no decorrer de sua execução	8
X		Os procedimentos de avaliação institucional são eficientes na identificação de problemas e proposição de novas ações	8
X		Meu conhecimento dos principais documentos normativos, para o período de suspensão das atividades presenciais e de Ensino Remoto Emergencial, do IFRN é satisfatório	6
X		O planejamento orçamentário do meu campus é transparente, participativo, contribui para sua sustentabilidade financeira e há adequação às medidas de biossegurança, bem como ajustes de recursos para o período pandêmico	7
X		As políticas de assistência e de melhoria da qualidade de vida dos servidores do meu campus são satisfatórias	5
X		As reuniões pedagógicas, administrativas e de grupos constituem-se como espaço formativo para os servidores do meu campus	5
X	x	A prática pedagógica docente do meu campus contribui para uma educação integrada efetiva	2
X	X	A relação aluno-professor no meu campus facilita o processo de ensino e aprendizagem	2; 9
X	X	Os procedimentos de avaliação do estudante e de acompanhamento das atividades acadêmicas desenvolvidas do meu campus favorecem o processo de ensino e aprendizagem	2; 9
X	X	As atividades de extensão desenvolvidas na comunidade pelo meu campus contribuem para a articulação da produção de conhecimento e acesso às tecnologias e inovação	2; 4
X	X	Os programas do meu campus relativos à pesquisa e inovação favorecem a qualidade da formação do estudante e o desenvolvimento institucional	2; 4

4. Análise dos dados e das informações

Os resultados apresentados acima estão divididos em quatro macroprocessos: Avaliação do Ensino Remoto Emergencial, PDI, função social e atendimento aos discentes, Planejamento e avaliação e Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão.

4.1. Avaliação do Ensino Remoto Emergencial

Sobre o primeiro macroprocesso, intitulado **Avaliação do Ensino Remoto Emergencial**, destaca-se o longo processo que antecedeu a sua implementação. De março à setembro de 2020, o IFRN passou por um período de intensos debates entre os membros da comunidade acadêmica e culminou, ainda durante a gestão *pró-tempore*, em formato modular de ensino³ que buscou reduzir os retrocessos do período de suspensão das atividades de ensino e levou em consideração as desigualdades de acesso à internet e de condições socioeconômicas dos estudantes espalhados por todas as regiões do Rio Grande do Norte.

O ensino remoto emergencial foi autorizado inicialmente, de forma excepcional, pela resolução 39/2020 CONSUP/IFRN de 12 de Outubro de 2020, com diretrizes pedagógicas publicadas através de orientações normativas da Pró-reitoria de Ensino, cuja versão mais recente é a ON 01/2021 PROEN/RE/IFRN de 5 de Janeiro de 2021. O percentual de respondentes que concorda ou concorda parcialmente com este item (Gráfico 1) deixa claro que, de fato, o modelo de ensino adotado atende às demandas da comunidade, principalmente no que diz respeito às limitações impostas pelo distanciamento físico exigido pelas autoridades sanitárias.

No seguimento dos estudantes, vale salientar que devido ao questionário de autoavaliação do IFRN não ser obrigatório, o número de respondentes é

³ Entende-se por formato modular a divisão das disciplinas cursadas ao longo de um semestre em grupos menores, ministradas em intervalos de tempo distintos. Esta organização visa diminuir o número de disciplinas cursadas concomitantemente pelos discentes.

bastante inferior ao número total de alunos. O questionário possibilita, portanto, acesso às percepções de uma parcela que teve condições estruturais e interesse em responder.

A implementação do Ensino Remoto Emergencial ocorreu, em primeiro momento, sem que houvesse uma coordenação efetiva da gestão *pró-tempore*. Essa falta de coordenação entre as ações culminou em um início das atividades de ensino remoto anterior à concessão dos auxílios financeiros. Estes foram aprovados e regulamentados inicialmente pela resolução 41/2020 CONSUP/IFRN, de 25 de agosto de 2020.

Apesar das discussões sobre como se ofertar ensino, na modalidade remota, com a qualidade que se espera do IFRN terem se iniciado pouco depois da suspensão das atividades presenciais de ensino, o final do processo foi impactado tanto pela atuação do Ministério Público Federal, que solicitou medidas urgentes para o retorno das aulas de forma remota, quanto pela pouca habilidade de diálogo da equipe integrante da gestão *pró-tempore*.

De fato, a instituição foi uma das últimas do país com mais de 30 mil discentes a adotar diretrizes para ensino remoto, tendo em vista também a dificuldade de diálogo relatado por membros do Conselho Superior do IFRN (CONSUP) e das entidades estudantis, como a Rede de Grêmios do IFRN (REGIF) e grêmios estudantis dos *campi*.

Mesmo considerando esse contexto, nota-se o reconhecimento da comunidade acadêmica ao indicar que o ensino remoto emergencial foi implementado de forma relativamente eficiente (Gráfico 2). Alguns aspectos exigem melhorias, principalmente no que tange à coordenação dos trabalhos.

Sobre as condições socioeconômicas dos estudantes em relação ao acesso aos recursos tecnológicos, pode-se destacar que, de acordo com o atlas do desenvolvimento humano no Brasil na versão mais recente, de 2017⁴, o Rio

⁴ Disponível em <http://www.atlasbrasil.org.br/ranking>. Acesso em 24 de março de 2021.

Grande do Norte ocupa a 16ª posição no ranking do IDH (0,731) e a 19ª no IDH-Educação (0,677). Esse dado deixa claro que o estado possui uma população em situação de vulnerabilidade socioeconômica elevada e que medidas de redução dessas desigualdades são necessárias em todas as esferas, o que inclui as instituições de ensino.

No âmbito do IFRN, após longo debate sobre como socorrer os alunos em situação de maior vulnerabilidade decidiu-se por adotar algumas políticas de assistência social, como a concessão de auxílios financeiros para compra de equipamentos informáticos, para aquisição e manutenção de planos de internet banda larga, além de montagem e distribuição de kits alimentação para famílias de alunos que perderam renda em função da pandemia. A visão da comunidade deixa claro que, embora tenham sido efetivas para os que foram beneficiados, é necessário expandir e aprimorar tais políticas (Gráfico 3). Por isso, recomenda-se atenção e aprimoramento nas políticas de assistência estudantil visando a inclusão digital dos estudantes.

Segundo os dados apresentados neste relatório, o número de estudantes que avaliou positivamente suas condições socioeconômicas para o acesso à tecnologias com “concordo” e “concordo parcialmente” foi satisfatório (Gráfico 4). No entanto, devido às respostas não representarem uma maioria numérica, é possível que a realidade seja diferente da que foi avaliada. Pode haver casos de estudantes que não responderam ao questionário por não terem acesso à internet, impossibilitando um diagnóstico mais preciso. Nesse quesito, a instituição deve manter-se sempre alerta para favorecer a inclusão de todos os estudantes no ambiente virtual, observando, inclusive, as novas demandas surgidas pelos estudantes ingressantes.

A falta de previsão orçamentária para os auxílios financeiros extraordinários necessários para atender as demandas de falta de acesso à internet ou falta de equipamentos eletrônicos fez com que não fosse possível conceder tais auxílios a todos os estudantes do IFRN, o que se reflete na visão dos respondentes de que estas ações necessitam de aprimoramento.

Sobre a efetividade da oferta do ensino remoto na garantia da permanência dos discentes ressalta-se que os dados consolidados sobre o tema só estarão disponíveis após o fechamento do ano letivo 2020, no final de abril de 2021. Entretanto, vale salientar que alguns alunos não conseguiram se adaptar ao ensino remoto emergencial. As causas disso podem ser vistas na análise das dificuldades apresentadas pelos alunos e vão desde os empecilhos para conciliar a rotina domiciliar com as atividades de ensino remoto, até aspectos de ordem emocional.

Com o agravamento da pandemia da COVID-19, a rotina acadêmica foi totalmente mudada. Estudantes e servidores tiveram que se adaptar ao isolamento e conciliar as dinâmicas familiares às atividades profissionais. Mais da metade dos respondentes concordou ou concordou de forma parcial que o ensino remoto contribuiu para a permanência na instituição (Gráficos 5 e 6).

A percepção sobre a necessidade de aprimoramento na política de permanência dos alunos ao longo do ensino remoto emergencial é algo esperado para o momento excepcional que a instituição vivencia.

A transição do ensino presencial para o ensino remoto emergencial ocorreu de forma abrupta para os padrões que se espera na esfera educacional. Por isso, embora as diretrizes pedagógicas do IFRN tenham previsto ações de formação em serviço, para introduzir algumas ferramentas necessárias ao ensino remoto, não se pode esperar que a implementação de tais metodologias tenha ocorrido de forma completamente efetiva. O curto intervalo de tempo entre a autorização do ensino remoto emergencial e o início das aulas remotas dificultou a implementação das ações de capacitação, que ocorram de forma local nos campi. Mais uma vez, a ausência de coordenação da gestão *pró-tempore*, ao não promover ações sistêmicas de capacitação, colaborou fortemente para a visão dos respondentes que consideram ser necessária uma atenção adicional a este ponto (Gráfico 8).

Entre os estudantes, 69% responderam que concordam ou concordam parcialmente com a afirmação de que as metodologias adotadas foram

eficientes. Contudo, merecem alguma atenção os 16% que discordaram parcialmente 12% discordaram com este item (Gráfico 8).

As ações de acompanhamento pedagógico precisaram ser adaptadas para a nova realidade de ensino remoto e de teletrabalho. Importante destacar que, no seguimento dos estudantes, 13% afirmam desconhecer o acompanhamento pedagógico, no entanto a maioria aprova esse serviço, dada as circunstâncias que se torna essencial para a permanência dos alunos nos cursos.

Assim, mesmo com as dificuldades geradas pela falta de proximidade com os alunos, as ações de acompanhamento pedagógico foram vistas pelos respondentes como satisfatórias, indicando que as políticas norteadoras deste tipo de atendimento podem ser continuadas (Gráfico 9).

As ações de capacitação docente foram efetivadas de forma local, pelas diretorias acadêmicas dos campi e, na visão dos respondentes, foram satisfatórias. Destacamos que 42% dos estudantes concordaram totalmente que os professores estão capacitados para as aulas remotas, somando aos 39% que concordaram parcialmente, portanto, os docentes conseguiram se adaptar a modalidade de ensino remoto com aprovação da maioria dos discentes (Gráficos 11 e 12).

Vale ressaltar que numa situação como esta, onde praticamente todos os docentes do instituto necessitavam de algum tipo de capacitação para o ensino remoto emergencial, era necessária uma ação coordenada e sistêmica. Embora as diretrizes pedagógicas para o ensino remoto emergencial tivessem previsto essa necessidade, não houve, anteriormente ao início das aulas remotas, ação sistêmica nesse sentido.

Na percepção dos respondentes, as ações de capacitação voltadas para o corpo de profissionais técnicos, enviados para o teletrabalho de forma abrupta, foram realizadas de forma tímida. Assim, como ocorreu no processo de capacitação docente, não houve planejamento para ações formativas em nível

sistêmico e as ações desenvolvidas no âmbito dos *campi* foram insuficientes. Por essa razão, na visão dos respondentes, esse item necessita de atenção (Gráfico 13).

Noutro ponto, a comunidade levantou como ponto de urgência nas políticas de ensino da instituição, a implementação eficiente do acesso às bibliotecas virtuais (Gráfico 14). O estabelecimento de uma política sistêmica nesse ponto é urgente, tendo em vista a impossibilidade de acesso às bibliotecas físicas dos *campi*.

Cabe destacar que 29% dos estudantes declaram desconhecer essa ação, somando aos 7% que discordam parcialmente e 5% que discordam totalmente. Conclui-se que as ações de acesso à informação não foram divulgadas de forma integral e poderiam ter contribuído mais para um ensino remoto eficiente.

Quanto à organização do calendário semanal de aulas, os servidores consideram que houve um trabalho efetivo na busca do equilíbrio entre as cargas horárias síncronas e assíncronas (Gráfico 15). Estas definições ocorreram, de acordo com o plano de retomada das atividades de ensino do IFRN, após estudos sobre as condições de acesso à internet (que impossibilita que toda a carga horária da disciplina seja dada de forma síncrona) e levou em conta a importância do contato aluno-professor no processo de ensino e aprendizagem. A visão dos respondentes aponta que as proporções adotadas atenderam de forma satisfatória, existindo ajustes menores que podem ser feitos no planejamento de semestres posteriores que ainda sigam em ensino remoto emergencial.

O acúmulo de atividades avaliativas para os estudantes pode ser apontado como um dos principais problemas verificados em 2020, merecendo atenção dos gestores (Gráfico 16). Vale destacar que o tempo para a realização de atividades síncronas e assíncronas será ajustado no calendário de 2021, considerando que, neste ano, a instituição deverá cumprir obrigatoriamente os 200 dias letivos e o tempo para a realização dos bimestres será ampliado.

Alinhado com a visão dos respondentes sobre as proporções entre aulas síncronas e assíncronas, os resultados demonstram que servidores e estudantes consideram suficiente o tempo reservado para as aulas síncronas (Gráfico 17). Vale ressaltar que o tempo ser satisfatório na visão do corpo profissional pode não implicar obrigatoriamente em efetividade destes momentos, tendo em vista que alguns alunos sem condições de acessar o momento síncrono o fazem apenas pelas gravações, o que reduz a efetividade deste encontro para tais alunos.

A introdução dos estudantes às aulas remotas ocorreu a partir de momentos formativos que visavam apresentar ferramentas institucionais e suas funcionalidades, a ambientação ao novo formato de aulas e regras de comportamento nas salas virtuais onde ocorrem os encontros síncronos. Baseado no que disseram os respondentes, conclui-se que estas medidas foram efetivas, gerando mais familiaridade dos alunos com os ambientes virtuais (Gráfico 18).

Quanto à qualidade da conexão para a utilização de plataformas virtuais de aprendizagem, mais da metade dos estudantes consideram-na eficaz (Gráfico 20). Os dados também são positivos quanto às ferramentas e plataformas utilizadas no desenvolvimento de aulas e atividades (Gráfico 22).

Cabe destacar, mais uma vez, que alunos com acesso restrito à internet podem ter encontrado dificuldades em responder a este questionário. Portanto, os dados aqui apresentados retratam uma parte da realidade concreta do universo de estudantes, mas pode deixar à margem outras realidades.

Após definidas pela comissão instituída pela portaria 1.297/2020 RE/IFRN, as diretrizes pedagógicas foram formalizadas através de orientações normativas da pró-reitoria de ensino, estando na sua versão mais atual sob a numeração ON 01/2021 PROEN/RE/IFRN. As indicações sobre as ações de ensino, desde a capacitação docente e discente, até o tratamento a ser dado nas avaliações e acompanhamento de frequência, permitiu que docentes,

coordenadores de curso e direções acadêmicas pudessem atuar sob uma base legal. O reflexo do trabalho realizado pelos responsáveis em elaborar as diretrizes pode ser visto na opinião dos respondentes, que consideram que a implementação das diretrizes foi satisfatória (Gráfico 25).

É importante considerar que as diretrizes foram elaboradas em um momento de pouca estabilidade institucional e que o tempo disponibilizado para elaborá-las foi muito mais curto do que o necessário para elaborar diretrizes que mudem completamente a modalidade de ensino de uma instituição do porte do IFRN. Apesar disso, na visão dos respondentes, a despeito de ajustes que qualquer política de ensino necessita após sua implementação inicial, as diretrizes implementadas contribuíram positivamente na redução dos danos causados pelo período de suspensão das atividades de ensino em decorrência do distanciamento social imposto pela condição sanitária que vivenciamos ao longo de 2020 (Gráfico 26).

As distribuições de disciplinas por módulos ocorreram no âmbito das diretorias acadêmicas e coordenações de curso dos campi, com a finalidade de garantir equilíbrio entre a formação técnica e a formação básica, bem como deslocar disciplinas de caráter prático para o final do ano letivo (numa expectativa de melhoria das condições sanitárias, que permitissem um retorno presencial destas atividades em específico). Na visão dos respondentes, as distribuições ocorreram de forma satisfatória (Gráfico 27).

A distribuição da carga-horária docente é mais um caso de tarefa realizada no âmbito dos *campi*, pelas coordenações de curso e diretorias acadêmicas, e que na visão dos respondentes foi realizada de forma satisfatória (Gráfico 28).

O último item avaliado sobre a oferta do ensino remoto no contexto da pandemia tratou da percepção da comunidade escolar sobre a implementação das novas Diretrizes Pedagógicas no SUAP. O processo foi avaliado como inadequado para a maioria dos respondentes (Gráfico 29).

Com a adoção do ensino remoto emergencial, em formato modular, e as modificações temporárias em artigos da Organização Didática do IFRN, modificações no sistema de registros seriam necessárias. Sendo assim, as peculiaridades do ensino remoto emergencial precisaram ser tratadas de forma manual e individualizada. Por conta disso, de acordo com a visão dos respondentes, as ações de modificação do SUAP necessitam de atenção da atual gestão.

4.2. PDI, função social e atendimento aos discentes

O segundo macroprocesso avaliado no questionário 2020 foi o **PDI, função social e atendimento aos discentes**. As questões aqui colocadas se assemelham aos itens trabalhados nos formulários de 2018 e 2019. Por isso, neste espaço realizaremos algumas comparações.

Os resultados apresentados no triênio demonstram que a comunidade escolar considera que a prática educativa do IFRN cumpre sua função social (Gráfico 30), estando de acordo com o seu Projeto Político Pedagógico (PPP). A educação no IFRN é entendida e vivida como um processo de formação para a cidadania, emancipação e transformação dos sujeitos.

No entanto, quando assunto é coerência da atuação dos núcleos de inclusão social, valorização de direitos humanos e de cultura em relação ao estabelecido no PDI e no PPP, a percepção da comunidade está dividida (Gráfico 31). Semelhante ao que aconteceu em anos anteriores, uma parcela grande dos servidores e estudantes indica satisfação neste ponto, todavia, outra afirma desconhecer as ações desenvolvidas por estes núcleos. Tal dualidade evidencia a necessidade de maior promoção das ações dos núcleos, aumentando a visibilidade destes.

No campo das políticas de Assistência Estudantil a comunidade indica a necessidade da continuidade das ações (Gráfico 32). Os conceitos e princípios orientadores destas políticas no IFRN estão descritos no documento base do PPP e o recurso para a execução de ações é planejado com base na matriz

orçamentária CONIF, tendo cumprido seu papel de contribuir para a permanência e êxito dos estudantes.

Em 2020, o programa de bolsas de assistência foi mantido atendendo aos discentes já contemplados no período de atividades presenciais. O programa de alimentação foi convertido para aquisição de cestas básicas a serem distribuídas aos discentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

As ações de inclusão educacional e promoção da acessibilidade para os estudantes com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação do *Campus* foram consideradas satisfatórias (Gráfico 33), implicando na continuação de ações adotadas desde 2018, mas, também, suscita atenção da gestão, pelo elevado índice de desconhecimento destas ações por parte dos discentes.

Incluir pressupõe a derrubada de barreiras estruturais e atitudinais e a percepção de que esta é uma tarefa de todos a todos que fazem parte da escola. A realização deste objetivo está em consonância com o PPP da instituição.

4.3. Planejamento e avaliação

O terceiro macroprocesso avaliado foi **Planejamento e avaliação**. No quesito Planejamento Estratégico, cabe destacar que 2020 foi um ano muito difícil para qualquer administrador público. A suspensão de atividades presenciais, com adoção do teletrabalho para a grande maioria das atividades administrativas, mudou completamente os planejamentos dos campi e se apresentou como um desafio a todos os gestores. Por outro lado, com a adoção de reuniões remotas, muitas decisões, que no passado seriam tomadas no âmbito exclusivo das diretorias e coordenações dos campi e da reitoria, puderam ser acompanhadas mais de perto pelos demais servidores. As adequações nos planejamentos foram realizadas no curso de sua execução e, de acordo com os respondentes, apresentaram flexibilidade e participatividade satisfatórias (Gráfico 34).

Sobre a autoavaliação institucional no âmbito do IFRN, verificam-se avanços obtidos nos últimos anos, com maior participação da comunidade em todas as instâncias do processo. O maior contato da CPA central com as comissões locais, a elaboração de instrumento de avaliação de forma colaborativa e a coordenação de todo o processo por esta comissão tem elevado a qualidade do trabalho desenvolvido por todas as comissões.

Os resultados dessas avaliações, se bem utilizados pelos gestores locais e sistêmicos, têm um grande potencial de colaboração no desenvolvimento institucional. Na visão dos respondentes, ainda há o que melhorar no processo de avaliação, mas de um modo geral, já se alcançou resultados satisfatórios (Gráfico 35). Vale ressaltar que, comparado com anos anteriores, o percentual de respondentes que considera que os trabalhos realizados na autoavaliação tem sido pouco eficazes vem diminuindo, com aumento no percentual de respondentes satisfeitos com os trabalhos realizados no processo de avaliação institucional.

A suspensão das atividades presenciais e a consequente adoção do ensino remoto emergencial exigiu que diversos documentos normativos do IFRN fossem temporariamente modificados. Atualizar-se sobre o teor de tais documentos não foi uma tarefa fácil, principalmente porque outros aspectos práticos podem ter levado vários servidores a aguardar instruções por parte das gestões dos campi e sistêmica. Ainda assim, na visão dos respondentes, o grau de conhecimento destes documentos normativos necessita de alguma melhora, mas encontra-se em um patamar aceitável (Gráfico 36).

Assim como os planejamentos estratégicos sofreram profundas modificações com a suspensão das atividades presenciais, os planejamentos orçamentários precisaram ser revistos. Na visão dos respondentes, as revisões realizadas no planejamento orçamentário foram realizadas de forma transparente e participativa (Gráfico 37).

Quanto às políticas de assistência e de melhoria da qualidade de vida dos servidores, o corpo de trabalhadores do IFRN considera que as políticas têm

atendido às demandas de forma satisfatória (Gráfico 38). Certamente, a situação inesperada de pandemia causada pela COVID-19 inviabilizou a realização de muitas das ações de qualidade de vida tradicionalmente realizadas. Outras, como o Jogos dos Servidores, realizados sistemicamente, já estavam suspensas devido à redução do orçamento dos institutos e universidades federais.

No processo de distanciamento social foi preciso adequar algumas ações, principalmente as ligadas à saúde mental dos servidores, estas foram transformadas em atendimentos virtuais e outras, como atendimentos odontológicos e atividades esportivas nos *Campi* foram suspensas enquanto perdurar a pandemia.

As reuniões pedagógicas e administrativas também foram impactadas pela virtualidade, num processo de encontros realizados pela internet que, possivelmente, se consolidará mesmo quando as autoridades sanitárias permitirem o retorno à presencialidade. Com a adoção das reuniões remotas e as diversas ações de formação em serviço desenvolvidas nos campi, as reuniões pedagógicas ocuparam um lugar privilegiado, onde discussões sobre ensino, pesquisa e extensão em tempos de pandemia foram conduzidas e contribuíram para a construção das diretrizes pedagógicas para o ensino remoto emergencial. Não por acaso, na visão dos respondentes, as reuniões pedagógicas cumpriram seu papel de forma bastante efetiva (Gráfico 39).

4.4. Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão

As **Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão** compõem o último macroprocesso da autoavaliação 2020. Sobre esse assunto, observa-se que, apesar das duras mudanças que foram impostas aos docentes do IFRN, e de todo o sistema de educação mundial, a prática educativa adotada no instituto, assim como pontuado avaliações anteriores (Gráfico 40), tem uma contribuição bastante efetiva na formação integrada dos seus discentes.

As concepções de educação integrada e os princípios norteadores desta são descritos no PPP do IFRN e se consolidam internamente, apesar do breve

momento de estagnação nesse sentido ocorrido em 2020, seja pela questão da pandemia ou pela instabilidade institucional ocasionada pelo longo período de gestão *pró-tempore* que contou com baixíssima adesão da comunidade acadêmica.

Quando se parte para a análise do cotidiano do ensino, os dados demonstram que a relação aluno-professor no IFRN é percebida como satisfatória em todos os anos (Gráfico 41). Alguns pontos de aprimoramento costumam ser pontuados nas contribuições abertas, o que deve ser levado para discussão no âmbito dos campi. Nesta avaliação, na visão dos respondentes, tal relação continua sendo avaliada positivamente, contribuindo assim para o processo de ensino e aprendizagem.

Os procedimentos de avaliação foram avaliados como satisfatórios por estudantes e servidores (Gráfico 42). O PPP do IFRN, tanto em seu documento base quanto no capítulo sobre a Organização Didática, prevê os princípios norteadores dos processos de avaliação e acompanhamento da aprendizagem dos estudantes. Esse, por ser um tema amplo e complexo, é bastante subjetivo e pode ser afetado fortemente por pressões externas ao ambiente escolar.

No caso específico do ano de 2020 o fator mais importante a ser considerado é a suspensão das atividades presenciais e a subsequente adoção do ensino remoto. As avaliações passaram a ser em ambiente virtual e um medo passou a pairar sob a cabeça dos docentes: o plágio de atividades, como apontado em diversos ambientes de discussão e em algumas contribuições abertas ao instrumento de autoavaliação. Embora essa questão tenha sido pontuada, de modo geral, os respondentes consideram que os novos procedimentos de avaliação adotados favorecem o processo de ensino e aprendizagem.

A extensão no IFRN tem igualmente um importante papel pedagógico e de promoção da cidadania, expandindo as ações do instituto para comunidade externa e contribuindo para a formação de estudantes e servidores. Essa prática permite a prestação de serviços educacionais para um público amplo, para além

do grupo que compõe a comunidade escolar regular. Nesse sentido, os respondentes nos três anos consideram que as políticas de extensão adotadas no IFRN vem cumprindo o seu papel (Gráfico 43).

De forma semelhante à extensão, a pesquisa e inovação no IFRN tem o importante papel de levar o conhecimento produzido internamente para além dos muros do Instituto. O conhecimento produzido no âmbito dos projetos de pesquisa institucionais são de grande relevância para o desenvolvimento regional e nacional. Nota-se na visão dos respondentes que além de cumprir esse papel, as políticas de pesquisa e inovação adotadas no instituto tem atendido satisfatoriamente às demandas da comunidade (Gráfico 44).

Por fim, será realizada uma breve análise acerca da avaliação dos aspectos da **infraestrutura física** do IFRN nos anos de 2018 e 2019. Vale ressaltar que, em 2020 as questões referentes a esse tema foram suprimidas e a pesquisa focou nas ações que estruturaram o ensino e o trabalho remotos.

Em 2018 triênio verificou-se que a comunidade, de forma geral, considera satisfatórias as instalações e ambientes existentes nos *campi*. Todavia, alguns pontos merecem atenção e melhorias: laboratórios para o ensino e pesquisa, laboratórios de informática dos polos da Educação à Distância,

Neste ano, a avaliação foi dividida por segmento de acordo com as especificidades do campus em três grupos: Reitoria, Educação à distância e comunidade escolar nos demais *Campi*. As avaliações realizadas pelos servidores da Reitoria são mais críticas em relação à estrutura física, comunicação, computadores, internet e serviços de segurança.

No relatório de 2019, os laboratórios didáticos continuam sendo objeto de atenção. Conforme demonstram os dados, 10% dos docentes avaliam como insatisfatórias as instalações e equipamentos, enquanto 4% desconhecem o assunto.

Outro dado importante refere-se aos 13% de técnicos que declaram

desconhecer a estrutura das bibliotecas. Esse percentual pode ser justificado pelo fato de haver profissionais que não estão diretamente vinculados às atividades de ensino. Entretanto, enquanto instituição de ensino, o instituto deve agir para promover a formação e a inclusão cultural de todos os seus membros, através da leitura. Ainda sobre a biblioteca, 15% dos servidores (docentes e técnicos) e 9% dos estudantes desconhecem a existência de acervo bibliográfico físico e virtual atualizado.

A qualidade da alimentação no refeitório e na cantina são avaliados como insatisfatório pelos estudantes (respectivamente, 14% e 23% dos respondentes).

5. Ações propostas com base nas análises

A partir das demandas identificadas no processo de autoavaliação institucional vivenciando triênio e considerando as sugestões emanadas das comissões locais que vivem concretamente as dimensões avaliadas, apresentamos os seguintes itens como sugestões e apontamentos à implementação de ações.

1. Melhorar o processo de autoavaliação institucional, através do incentivo à participação da comunidade na formação das CPAs em nível sistêmico e nos *Campi*.
2. Considerar cada vez mais os resultados da autoavaliação institucional como subsídio para o processo de tomada de decisão.
3. Estabelecer parcerias que promovam o acesso da comunidade escolar às bibliotecas digitais.
4. Incrementar o acervo das bibliotecas com livros físicos.
5. Tornar mais céleres os processos de concessão de auxílios que visam garantir o acesso adequado de todos os estudantes aos meios virtuais de ensino.
6. Fortalecer as políticas de assistência estudantil, considerando que muitos estudantes começaram a trabalhar para ajudar na economia doméstica, deteriorada durante a pandemia. Essas atividades tendem a impactar negativamente ao reduzir o tempo para o estudo.

7. Continuidade das políticas voltadas para a promoção da saúde mental de estudantes e servidores.
8. Atualizar os processos de planejamento institucional sobre a permanência e o êxito dos estudantes no contexto do ensino remoto, com a finalidade de evitar a evasão.
9. Adaptar o SUAP às demandas das Diretrizes Pedagógicas para o Ensino Remoto Emergencial.
10. Fortalecer as ações de inclusão, através do aumento da equipe especializada para atender os estudantes com necessidades especiais.
11. Promover a participação dos técnicos nas reuniões pedagógicas e administrativas.
12. Aperfeiçoar as estratégias de divulgação dos documentos institucionais, de modo a promover a apropriação do seu conteúdo pelos servidores da instituição.
13. Estimular e valorizar as ações dos núcleos de inclusão social, valorização dos direitos humanos e cultura, através da elaboração de editais que propiciam a realização de projetos e visibilizam essas ações.
14. Fomentar ainda mais as atividades de extensão, pesquisa e inovação no IFRN.
15. Aprimorar a avaliação e o acompanhamento dos estágios estabelecidos para a formação profissional dos estudantes do IFRN.
16. Promover mais políticas de capacitação dos servidores, sobretudo dos técnico-administrativos, para os quais as ações de formação são consideradas insuficientes.

6. Considerações Finais

A pesquisa realizada no triênio 2018-2020 revela a elevada satisfação da comunidade sobre o planejamento institucional, por considerá-lo flexível e efetivo na antecipação de problemas. O planejamento institucional é materializado no PDI, conforme destacamos anteriormente, e nos relatórios de gestão.

Nota-se, ainda que, na visão da comunidade, o IFRN realiza sua função social com excelência, ofertando ensino de qualidade nas suas diferentes modalidades de ofertas. Essa percepção sobre o instituto permanece em 2020, apesar do ambiente de incertezas resultante da pandemia e dos revezes que marcaram a história da política interna do IFRN.

Em todas as avaliações, deve-se destacar a necessidade de fortalecimento da Comissão Própria de Avaliação como espaço privilegiado de investigação sobre os anseios da comunidade escolar e, portanto, de orientação ao planejamento. Ela constitui um instrumento da gestão democrática, a partir da qual, é possível construir caminhos concretos para a ação no intento de realizar função social do IFRN. Razão pela qual, ela ocorre de forma integrada em todos os níveis e modalidades de ensino do instituto, não se limitando às demandas do Ensino Superior.

No PDI de 2019-2026, a autoavaliação institucional figura como um macroprocesso coordenado pela CPA que se fundamenta na concepção de avaliação contínua, e serve a consolidação de uma cultura de avaliação da instituição, com a qual a comunidade interna se identifica e se compromete.

Nos últimos dois anos a comunidade escolar foi convencida a participar mais, a responder aos questionários, a opinar. No entanto, há um longo trabalho a ser feito no sentido de sensibilizar ainda mais servidores e estudantes a integrarem-se de forma ativa neste processo. As ações realizadas no âmbito da CPA visam aumentar, não apenas numericamente, a apropriação e o envolvimento de toda a comunidade na construção de uma cultura efetiva de autoavaliação.

Nesse percurso de três anos, a Comissão Central jamais conseguiu completar a sua composição e trabalhar com todas as suas representações. O grande desinteresse por atuar no planejamento e

execução da avaliação interna exige uma ação institucional no sentido de criar condições favoráveis que estimulem a participação de estudantes e servidores.

Os procedimentos de autoavaliação realizados no IFRN no último triênio são resultados do trabalho coletivo desenvolvido pela CPA Central e CPAs locais. Sem essa parceria a execução das ações seriam profundamente prejudicadas.

Houve alguns desafios no campo da autoavaliação que não foram vencidos por esta comissão. O principal deles foi a realização de pesquisa com a comunidade externa e egressos. Outro ponto inconcluso e que está em processo de debate é a reformulação do Regimento Interno da CPA que deve ser finalizado antes do pleito de 2021, tendo em vista o término do mandato da atual composição.

Espera-se que nos próximos ciclos a Comissão Própria de Avaliação consiga efetivamente se estruturar quanto à representação de seus membros e que continue a avançar como instância autônoma produtora de informações importantes para a gestão democrática.

Por fim, o despertar do efetivo interesse da comunidade para a participação nos processos de avaliação interna depende, necessariamente, da capacidade dos resultados da CPA intervirem na realidade. Nesse sentido, o desafio continua.

Documento Digitalizado Público

Relatório de Autoavaliação Institucional do IFRN 2020

Assunto: Relatório de Autoavaliação Institucional do IFRN 2020
Assinado por: Joelma Silva
Tipo do Documento: Relatório
Situação: Finalizado
Nível de Acesso: Público
Tipo do Conferência: Cópia Simples

Documento assinado eletronicamente por:

- **Joelma Tito da Silva, TECNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS**, em 07/06/2021 21:30:26.

Este documento foi armazenado no SUAP em 07/06/2021. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifrn.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 797954

Código de Autenticação: 6a745dcd4b

